

A PROPÓSITO DE UM LAGAR DE CERA E DA ACTIVIDADE DOS CERIEIROS EM PENAFIEL

Teresa Soeiro¹

RESUMO:

Damos notícia de um vernáculo lagar de cera identificado em Cancelos (Sebolido-Penafiel) e da actividade exercida durante as épocas Moderna e Contemporânea pelo grupo profissional dos cerieiros, essenciais para a recolha das pequenas produções de cera junto dos lavradores, sua purificação e posterior venda nos circuitos comerciais locais e inter-regionais, em bruto ou já transformada em velas e ex-votos.

Palavras-chave: Lagar de cera, cerieiro, comércio da cera, vela, ex-voto, Sebolido, Penafiel

ABSTRACT:

We report a vernacular beeswax press, which was identified at Cancelos (Sebolido, Penafiel), as well as the occupation of beeswax chandler during the Modern and Contemporary Eras. These professional chandlers held an essential role in collecting the combs from small farms, in purifying its wax and in subsequently marketing the beeswax both in bulk and processed into candles and ex-votos over the local and interregional trade channels.

Key-words: Beeswax press, beeswax chandler, beeswax trade, candle, ex-voto, Sebolido, Penafiel

Publicámos já, no volume 27-28 desta mesma revista, um trabalho essencialmente dedicado à apicultura no Município de Penafiel², nas suas vertentes de criação de abelhas para obtenção do mel e de produção industrial dos meios técnicos utilizados na actividade. Queremos agora completar o ciclo com algumas referências à cera, temática menos documentada mas de grande relevância na sociedade pré-industrial.

Lembrámos então que as abelhas foram, nas sociedades antigas, consideradas paradigma da pureza – assexuadas, vegetarianas e adversas a qualquer podridão – pelo que a cera por elas produzida, que arde sem fumo nem odor (ou desprendendo um doce cheiro a mel) era, juntamente com o azeite puro, os únicos combustíveis para iluminação que a igreja admitia em espaço sagrado, fazendo o lume das velas parte do ritual³. Presente nas cerimónias que marcam o ciclo da vida individual – o baptismo, a primeira comunhão, a morte – e no ciclo anual da comunidade com os seus dias de lume novo como a Candelária e a Páscoa, não podia haver celebração litúrgica dentro do templo sem a sua luz, que também acompanhava o Santíssimo e o viático no exterior.

¹ UP/FLUP – CITCEM.

² SOEIRO, Teresa – Em busca do doce sabor. *Portugália*. Nova série, Porto, vol. 27-28 (2006-2007), p. 119-158.

A alternativa mais comum à cera seria o sebo, gordura animal que, mesmo depois de trabalhada, continuava a sujar as mãos e a produzir muito fumo e mau cheiro ao arder, pelo que se compreendem bem tanto as razões simbólicas como as práticas da duradoura interdição do uso destas velas nos templos. Nas habitações de alguma qualidade também não entravam esses combustíveis inferiores, que conspurcavam o ar.

Os muitos gastos em cera sobrecarregavam o orçamento das casas religiosas e paróquias, estando documentado o recebimento deste produto através dos foros e outras rendas, de que nos teria ficado o testemunho físico, segundo a tradição, no recipiente-medida que se preservava junto da matriz da freguesia de Couto de Dornelas (Boticas), a *dorna* de granito que, por ajuste entre os moradores e os arcebispos, se encheria de cera a ser remetida à Sé de Braga, como confirmam as Memórias Paroquiais de 1758, porque «*este couto não paga dizimos nem promissas de frutos alguns que colhe, mas em seu lugar paga quinze arrobas de cera amarella todos os anos a Mitra Primaz de Braga*».

A entrega de cera aquando da filiação nas associações de leigos ou o pagamento de coimas impostas nesta mesma matéria, os testamentos e outros legados pios também ajudariam a suprir as necessidades de consumo das instituições religiosas que, no entanto, teriam o seu melhor encaixe por ocasião das festas que davam origem ao pagamento de promessas, tantas vezes velas e círios com o tamanho ou peso do agraciado e figuras moldadas representando as pessoas (ou os seus órgãos) e os animais beneficiados. Muitas destas ofertas, bem como os restos já ardi-dos eram recolhidos para voltarem a ser fundidos e transformados em novas velas. Sempre que morria um irmão, tornava-se obrigação prioritária da(s) confraria(s) a que pertencesse providenciar os círios que ladeariam o cadáver, porque um defunto nunca ficava sem luz até ao funeral.

A recolha da cera e a sua transformação em velas poderia ser feita em casa, tratando-se de pequenas quantidades destinadas ao autoconsumo, mas habitualmente a incumbência de a purificar e manipular competia a grupos especializados, homens que percorriam o território para comprar as pequenas quantidades pelas portas ou se dirigiam a feiras para onde convergiam os lavradores das redondezas. Por vezes, o proprietário das abelhas preferia contratar o especialista para proceder também à recolha, vendendo-lhes os cortiços que aqueles destruíam, matando o enxame ou mudando-o para uma nova casa, ou apenas *estinhavam* e *crestavam*, cortando na época própria parte dos favos, que as abelhas ainda teriam tempo de repor antes do Inverno.

Já nas *Ordenações Manuelinas* se havia dedicado o título XCVII à defesa da apicultura, condenando a destruição de enxames para recolha da cera: «*Mandamos que se alguua pessoa comprar alguu colmea, ou colmeias pera somente se aproveitar da cera, e matar as abelhas, se for piam seja açoutado, e se for pessoa em que nom caiba açoutes será degradado dous annos pera Além; e assi o que for açoutado, como degradado, pagará em quatro dobro o que valiam as colmeas que assi comprar, de que as abelhas matar*»⁴.

O OFICIO DE CERIEIRO

Mais atenção do que estes homens que deambulavam em busca da matéria-prima mereceram aqueles que a transformavam nas oficinas para obter os círios e velas, ou as *candeias* como se preferia dizer na Baixa Idade Média. Sousa Viterbo⁵ reuniu documentação dos séculos XIV e XV

³ LÓPEZ ÁLVAREZ, Xuaco – *Las abejas, la miel y la cera en la sociedade tradicional asturiana*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 1994, p. 111 e segs; CUISENIER, Jean – *L'abeille, l'homme, le miel et la cire*. Paris: Éditions de la Réunion des Musées Nationaux, 1981, p. 174 e segs.

⁴ *Ordenações Manuelinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 5, 1984, p. 295.

⁵ VITERBO, Sousa – As candeias na religião, nas tradições populares e na indústria. *Revista Lusitana*. Lisboa, vol. 16 (1913), p. 63-64 e 70-80.

em que têm intervenção *candeeiros*, profissionais que serviram e obtiveram mercês reais desde o tempo de D. Dinis.

Esta arte não deixaria de se tornar mais complexa nas centúrias seguintes, como também mostrou o mesmo autor⁶ ao recordar, entre outras construções efémeras, o magnífico arco preparado pelos cerieiros para a recepção em Lisboa a Filipe III de Espanha, descrito e representado por Lavanha (Fig. 1). Foi levantado todo em cera branca, na Porta do Ferro, e seria: «*extraordinária invenção a ornarão toda com cera branca, na forma que se vee no desenho presente, revestindo todos os membros deste edificio de varias flores, e fructos com que todo elle parecia huma vaga, e deleitosa Primavera. A estatua que ficava no alto representava a Deosa Flora, era grande da mesma cera lavrada com grande perfeição, espalhava flores de hum cesto que tinha na mão... A volta do Arco, e do muro era huma parreira chea de uvas tanto ao natural contrafeitas, que puderão enganar aos homens, como enganarão aos passaros as que pintou Zeuzis*»⁷.

Longe da corte, a mais modesta *candeia do Espírito Santo* de Guimarães, que saía por voto desde o final de quatrocentos é, um século depois, um andor ornado com cera, que integrava para além do rolo com o comprimento igual ao perímetro das muralhas que fecharam a vila ao mal da peste, uma profusa decoração de «*fructos de sera e boninas e ramos*»⁸.

O livro de regimentos dos ofícios mecânicos de Lisboa, de 1572⁹, dedica aos cerieiros o capítulo LXXIII, começando por indicar as obras que deviam executar no exame de oficial: tochas, círios e brandões brancos, uma arcada de círios verdes torcidos e outra de amarelos e ainda um de grandes dimensões, reafirmando que só eles os poderiam fazer, sendo mesmo proibida a venda destes artigos a intermediários. A seguinte preocupação do legislador estava direccionada para a qualidade dos pavios, que nem deviam apresentar-se fracos nem demasiado grossos, mas adequados à funcionalidade atribuída à vela ou círio. Já a qualidade da cera ou sebo empregues seria garantida pela aposição da marca do fabricante, reforçada pela do concelho aplicada pelos juizes depois da verificação.

Se no anterior regimento nada se diz sobre a origem da cera que lavravam, já no *acrescentamento* com que em 1759 o completaram esta questão fica mais bem esclarecida, nos capítulos 4º e 10º, onde se condiciona a matéria-prima que chegasse à cidade, incluindo Alfândega e Casa da Índia, ao preço e repartição feita pelos juizes entre todos os cerieiros. O segundo artigo referido é bastante mais interessante para a compreensão dos circuitos regionais, uma vez que prevê a deslocação dos cerieiros da capital, por iniciativa individual, às feiras onde podiam comprar a cera para seu uso pelo valor que conseguissem negociar: «*E porque não he justo que se reparta pelo officio aquellas partidas de cera que cada hum dos mestres delle compra nas feiras do reino, ficará livre a qualquer delles semilhante compra, sem obrigaçam de as repartir, porem, será obrigado a dar parte aos compradores do officio da cera que comprarão nas feiras, para que conforme as compras que fizerem, se lhe darão depois mayor ou menor porsão nas partilhas que houver de cera que vem à cidade...*»¹⁰.

O *compromisso* dos cerieiros do Porto¹¹, documento detalhado, data de 1717 e nele se diz não existir outro anterior. Porque Arrifana e o julgado de Penafiel integravam então o termo do

⁶ VITERBO, Sousa – *Artes e artistas em Portugal. Contribuições para a história das artes e indústrias portuguesas*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1892, p. 277 e segs.

⁷ LAVANHA, João Baptista – *Viagem da catholica real magestade del rey D. Filipe II. N. S. ao reyno de Portugal e rellação do solene recebimento que nelle se fez*. Madrid: por Thomas lunti, 1622, p. 31-32.

⁸ CARVALHO, A. L. – *Os mesteres de Guimarães*. Braga, vol. 5, 1944, p. 53-57. Sobre os cerieiros vimaranenses desta época ver: FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de – *Ofícios e mesteres vimaranenses nos séculos XV e XVI. Revista de Guimarães*. Guimarães, vol.113/114 (2004), p. 91.

⁹ CORREIA, Vergílio – *Livro dos regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lixboa (1572)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, p. 218-221.

¹⁰ LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos officios mecânicos. Subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, vol. 1, 1943, p. 520-523.

¹¹ CRUZ, António – *Os mesteres do Porto. Subsídios para a história das antigas corporações dos officios mecânicos*. Porto, 1943, p. 103-138.

Porto, o que aqui se dispõe applicava-se ao actual Município de Penafiel. Mesmo depois de elevada a vila e cidade com jurisdição própria, Arrifana/Penafiel continuou a ter o Porto como referência para aqueles officios em que o número de mestres seria muito reduzido, esquivando-se a formular regimentos.

No Porto, durante o mês de Abril seriam convocados todos os cerieiros examinados e far-se-ia a eleição na qual se escolhiam, por maioria de votos, os dois juizes examinadores e ainda um terceiro para servir de escrivão durante o mandato conjunto, com a duração de três anos (item 1º). A visita das lojas tinha lugar a cada meio ano ou em intervalos mais curtos (item 17º e 18º).

A profissão iniciava-se pela base, com um aprendizado de oito anos, em que o jovem não podia mudar de mestre, nem este tomar outro aprendiz e muito menos aliciar os das demais lojas (item 20º a 23º). Seguia-se o tempo de official e, no momento oportuno, o requerimento do exame, que não estaria ao alcance de todos, pois o custo do processo elevava-se a seis mil e seiscentos reis se fosse da cidade e onze mil caso viesse do termo, como os penafidenses (item 6º). Em 1744, somava-se à quantia anterior dois mil e quatrocentos ou três mil e duzentos reis respectivamente, para o officio constituir um fundo destinado a sustentar as demandas (item 27º a 30º).

A prova de exame do official realizava-se na casa de um dos juizes (item 3º) e consistia em fabricar tochas de cinco e quatro arrâteis, uma tocha torcida e outra quadrada, estas com quatro lumes, velas de diferentes pesos e rolo branco e amarelo (item 4º), tudo produções tradicionais, que não contemplavam nichos de mercado emergentes como o dos encerados para malas e veículos, também exclusivos dos cerieiros (item 16º). Podia-se reprovar e repetir, sempre com os dois juizes por júri, apenas substituídos no caso de uma relação de parentesco próxima ou de um seu aprendiz (item 9º a 11º). Uma vez aprovado, o official recebia a carta, que devia registar na Câmara (item 5º). Era indispensável para abrir loja própria (item 3º e 7º) não podendo, em qualquer circunstância, lavar cera fora do estabelecimento (item 8º).

Neste regimento também se voltam a levantar as questões já abordadas no da capital, particularmente a proibição de intermediários (item 15º), a salvaguarda da qualidade dos pavios (item 13º) e a da própria cera, para o que se estipulava o uso nas peças maiores de marca com as iniciais do cerieiro, identificadas em livro ao cuidado do escrivão (item 14º). Acresce a atenção dispensada às cautelas e preços para a cera entregue para *reformatar* por mosteiros, paróquias e confrarias, pois poderia conter muitos detritos que lhe aumentavam o peso e tornavam difícil a lavra (item 24º e 25º). Até ao início do século XIX outros assuntos vão sendo introduzidos, alguns já antigos mas não regulamentados, como a participação na procissão de Corpo de Deus ou o acompanhamento dos defuntos. A actualização de custos e preços será também recorrente.

Muitas outras localidades por todo o país teriam cerieiros durante a Época Moderna, como o deixam supor diversos documentos e a relevância dos bens produzidos para o quotidiano, mas não reconhecemos ainda no Norte de Portugal a tendência a uma certa especialização assumida por determinados lugares, como acontecerá posteriormente. Mesmo para a região transmontana, que virá a desempenhar esse papel, os dados recolhidos por Columbano Ribeiro de Castro¹², em manuscrito datado de 1796, mostram alguma disseminação dos profissionais, com os maiores núcleos no termo de Chaves, onde laborariam dez cerieiros – quatro na vila, três em Adagoi¹³, um em Curros¹⁴, Nogueira¹⁵ e Valpaços – e Mirandela, que conta seis cerieiros, três na vila e outros tantos em Contins¹⁶. Vila Flor tinha dois, na vila, assim como Bragança.

Curiosamente, Columbano Ribeiro de Castro não refere nenhum cerieiro em Torre de Moncorvo, o mesmo sucedendo na atenta e pormenorizada descrição feita no mesmo período por

¹² MENDES, José Maria Amado – *Três-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*. Coimbra: INIC, 1981, p. 228-229; 235; 278-279; 310; 330-331; 344-345 e 364-373.

¹³ Há lugares com este topónimo em Santiago da Ribeira de Alhariz, município de Valpaços e Capeludos, município de Vila Pouca de Aguiar.

José António de Sá¹⁷, que tem um item dedicado a Felgueiras, a freguesia onde se encontra o mais afamado centro regional de comércio e fabrico de cera oitocentista¹⁸.

Pelo contrário, na década de cinquenta do século XIX estiveram constantemente inscritos nos recenseamentos eleitorais mais de uma dezena de cerieiros moradores em Felgueiras e apenas um ou outro de Carviçais, de Felgar ou da vila de Torre de Moncorvo, situação que se manterá, com ligeiro decréscimo, pelo menos até ao início dos anos quarenta do século XX¹⁹. O lagar de cera de Felgueiras, ainda com condições para funcionar, e a memória dos cerieiros desta freguesia, que percorreram longos caminhos para efectuar o seu negócio²⁰, são património inestimável para o estudo da profissão e das rotas do comércio inter-regional em Portugal.

Na vizinha Galiza, o trato da cera era feito pelos *borreiros* ou *cerieiros* que, como os portugueses, procuravam a matéria-prima junto dos lavradores que mantinham colmeias. Podiam prestar o serviço de as *castrar*, e assim iam reunindo pequeníssimas produções para encaminhar até ao lagar onde a cera era processada antes de voltar a ser vendida às oficinas de fabrico de velas e ex-votos, comuns nos centros urbanos²¹. Os lagares de cera parecem, no entanto, ter sido pouco numerosos e/ou de reduzido impacto no edificado, já que estão omissos das sínteses sobre arquitectura popular consultadas²².

Porém, os *borreiros* da Terra de Montes²³, e em particular os de Forcarei (Prov. Pontevedra) eram afamados por esta actividade, percorrendo toda a Galiza e mesmo território português na recolha de cera, que purificavam e trabalhavam. À zona montanhosa e fronteiriça dos Ancares chegavam os cerieiros de Astúrias e Leão, onde havia maior número de lagares e um comércio enraizado. As populações locais faziam as velas para seu consumo em casa, depois de espremido o mel, derretendo a cera em água fervente a fim de a libertar das principais impurezas, colhendo-a ainda líquida para a lançar em moldes onde previamente se colocara o pavio²⁴.

O ocidente das Astúrias²⁵ foi uma área em que a criação de abelhas se fez com alguma intensidade, representando o mel um suplemento alimentar bastante consumido e a cera um valor de troca. Como na Galiza interior, também aqui se investiu na edificação de muros apiários – *alvariças* e *cortinhos* –, por vezes atingindo grande envergadura. A extracção realizava-se preferencialmente castrando a colmeia, ou seja evitando a morte sistemática das abelhas, o que facilitou o desenvolvimento da actividade apícola, que por sua vez suportou o comércio sazonal dos cerieiros.

¹⁴ Boticas ou Valpaços

¹⁵ Bobadela, Boticas (?).

¹⁶ Lugar da freguesia de Carvalhais, Mirandela.

¹⁷ Sá, José António de – Descrição económica da Torre de Moncorvo. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Banco de Portugal, vol. 3, 1991, p. 175-200 (Felgueiras, p. 194).

¹⁸ Quase um século anterior, a *Corografia* de Carvalho da Costa, ao referir-se a Felgueiras também ignora a produção de cera ou a existência do lagar, embora tenha o cuidado de realçar os muitos moinhos de cereal onde vinha moer mesmo gente de fora e as minas de ferro nas quais se extraía e fundia minério, que resultava em matéria-prima de fraca qualidade: COSTA, António Carvalho da – *Corografia portuguesa e descrição topográfica do famoso reyno de Portugal*. Lisboa: na officina de Valentim da Costa Deslandes, vol. 1, 1706, p. 427.

¹⁹ Levantamento realizado no Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo por Liliana Reis, para trabalho escolar.

²⁰ Percorriam com os seus machos não só a região transmontana, até à raia do Entre-Douro-e-Minho, como o Norte da Beira, por vezes reenviando a cera para casa pelo caminho de ferro para poderem prosseguir.

²¹ LORENZO FERNANDEZ, Xaquín – *Os ofícios*. Vigo: Editorial Galaxia, 1983, p. 220-221.

²² Por exemplo: LLANO CABADO, Pedro de – *Arquitectura popular en Galicia*. Santiago de Compostela: COAG, 1981-83; BAS, Begoña – *As construcións populares: un tema de etnografía en Galicia*. A Coruña: Edicións do Castro, 1983; CAAMAÑO SUÁREZ, Manuel – *As construcións da arquitectura popular. Património etnográfico de Galicia*. Santiago de Compostela: Consello Galego de Colexios de Aparelladores e Arquitectos Técnicos, 2003.

²³ ASOREY, Jesus – Apicultura. *Gran Enciclopedia Gallega*. Santiago de Compostela: Silverio Cañada, tomo 31 1974, p. 21-22; FUENTES ALENDE, Xosé – Exvotos de cera: tecnoloxía e funcionalidade. *Actas do Simposio Internacional In Memoriam Xaquín Lorenzo*. Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega, 1996, p. 227-260; ESPAÑA CAMPOS, Gumersindo – Os Cerieiros de Forcarei. In RAPOSEIRAS CORREA, José (coord.) – *A procura da nosa identidade: Terra de Montes*. Pontevedra: Diputación Provincial, 2007, p. 297-302.

²⁴ GONZÁLEZ PÉREZ, Clodio – *Apicultura tradicional no concello de Navia de Suarna (Lugo)*. Lugo: Servicio de Publicaciones Diputación Provincial, 1989, p. 35-37; GONZÁLEZ PÉREZ, Clodio – *Antropología y etnografía de las proximidades de la sierra de Ancares*. Lugo: Servicio de Publicaciones Diputación Provincial, vol. 2, 1991, p. 306-307; GONZÁLEZ REBOREDO, Xosé M.; GONZÁLEZ PÉREZ, Clodio – *Sociedade e tecnoloxía tradicionais do val de Ancares*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1996, p.374-377.

²⁵ A informação referente a Astúrias foi recolhida principalmente na obra de LÓPEZ ÁLVAREZ, Xuaco – *Las abejas, la miel y la cera en la sociedad tradicional asturiana*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 1994.

Estes provinham quer da Terra de Montes, na Galiza, quer do Vale de Ancares, no Bierzo (Leão), a maior comunidade. Recolhiam directamente a cera no colmeal ou compravam-na em rama ao lavrador, pequenas porções que iam reunindo e encaminhando para os lagares onde a depuravam para com pequena parte fazerem velas, revendidas aos anteriores junto com outros artigos do comércio inter-regional que traziam dos estabelecimentos da sua área de residência como o pimentão, a aguardente ou o peixe. O dinheiro ganho facilitava as compras de cera bruta, que seria sempre trabalhada no lagar para reduzir o peso da *borra* e formar os *pães* purificados que transportariam no regresso, destinados a urbes de maior dimensão como Astorga ou outras de Leão²⁶.

O importante centro de cerieiros leoneses referido pode estar relacionado com o desenvolvimento da actividade nas zonas interiores de Trás-os-Montes onde chegariam com facilidade. O seu estilo de vida implicava longas viagens, feitas duas vezes no ano, quando os trabalhos do campo amainavam e a colmeia estava necessitada: no fim do Inverno para tirar a cera morta, escura, e facilitar a reactivação do cortiço (a nossa *estinha*); no fim do Verão para recolher a cera amarela, nova, a mais valorizada (a *cresta*). Realizavam a deslocação aos pares, entre familiares, acompanhados de machos para carregar. Ficavam pelas casas ou cortes dos clientes habituais, junto com os seus animais. Para tratar a cera recorriam aos lagares de proprietários e lavradores que lhes arrendavam a dinheiro ou à maquia, ficando ainda com o benefício do *estrume* que a cera deixava, matéria fértil para os campos.

Importa aqui salientar que o autor que vimos seguindo é de opinião que os grandes lagares de feixe para cera, em tudo idênticos ao que é objecto deste estudo, não teriam sido instalados nas Astúrias antes do dealbar do século XIX, estando omissos tanto no *Cadastro de Ensenada*, como nas *memórias* regionais dos ilustrados, situação igual à que nos é conhecida no Norte de Portugal²⁷. Pelo contrário, em Forcarei (Pontevedra), o *Cadastro* parece já ter deparado com vários lagares numa só paróquia e mais de uma centena de cerieiros em outra contígua, ambas próximas do mosteiro cisterciense de Acibeiro²⁸. Não podemos, porém, validar desde já este como um centro de inovação e estar certos de que a referência remete para os grandes *lagares* com prensa de feixe, porque existiam outras prensas e alfaias menores para proceder à limpeza da cera, como aliás continuaram a ser utilizadas quando destinadas a pequenas quantidades trabalhadas por não especialistas.

OS CERIEIROS DE PENAFIEL

Em Arrifana de Sousa/Penafiel o ofício de cerieiro está documentado no século XVIII pelos registos paroquiais, sendo ora masculino²⁹ ora feminino³⁰, mas sempre com um muito pequeno número de indivíduos. A autarquia reconheceria também a sua existência, uma vez que nas actas da sessão da Câmara de 31 de Dezembro de 1746 fica inscrita a eleição dos juizes do ofício de cerieiro³¹. Em 1772 coube a tarefa de impor a regularização e controlar o exercício da profissão a Custódio José Moreira, do lugar de Cimo de Vila, freguesia de Fonte Arcada, cerieiro examinado e confirmado pela Câmara dado estarem informados «*do seu bom procedimento, capacidade e*

²⁶ Práticas idênticas foram estudadas junto dos cerieiros de Guadalajara: CASTELLOTE HERRERO, Eulalia – Cera y cerería en Guadalajara. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*. Madrid, vol. 43 (1988), p. 134 e segs.

²⁷ LÓPEZ ÁLVAREZ, Xuaco – *Las abejas, la miel y la cera en la sociedade tradicional asturiana*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 1994, p. 131.

²⁸ RIVAS QUINTAS, Eligio – *Mel e cera. O aceite*. Ourense, 2009, p. 95.

²⁹ MARQUES, Maria Lucília de Sousa Pinheiro – *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1730 a 1759*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos, 1974, p. 136

³⁰ DUARTE, Maria Celeste dos Santos Duarte de Oliveira – *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1760 a 1784*. Porto, 1972, p. 264.

³¹ AMPNF – A 5 Livro de registo dos actos da Câmara, 1746, Dezembro, 31.

sciencia do seu officio, e que cumpriria bem com a obrigação de juiz e por não haver ainda nesta cidade juís do ditto officio para examinar os que de novo quizerem uzar e por loja lhe deferirão dos santos evangelhos e lhe encarregaram que bem e verdadeiramente servisse o ditto officio digo de juiz do officio de cerieiro obrigando os mais cerieiros desta cidade e seu termo para que se examinem e tirem suas cartas»³².

Esta profissão, porém, não mereceu uma atenção específica ao serem redigidos, em 1742, os regimentos dos officios da vila, nem posteriormente aquando da elaboração das posturas sete e oitocentistas.

Talvez porque a cera fosse escassa e dispendiosa, um empreendedor vai, ainda no século XVIII, tentar instalar uma unidade de produção de velas de sebo, matéria prima em princípio mais abundante por se tratar da valorização de um subproduto do abate do gado para a alimentação. Não seria o único, já que encontramos o fabrico de velas de sebo referido em 1793/94 nas actas da Câmara, porque o Procurador do Povo reclamou contra a venda desta matéria-prima para fora do concelho por parte dos marchantes, que procuravam no Porto preços mais compensadores: «Nesta sendo presente o Procurador do Povo desta cidade requereo que em todas as lojas della se estavam vendendo bollos de sebo de pezo oito ao arratel prohibidos pella ley e pello mesmo preço mayor dos da taxa o que nacia dos marchantes desta cidade não quererem vender o sebo para as fabricas que ha nella de sebo como a de Caetano Funtão e outros só sim o vendião para a cidade do Porto e outras partes cujo transporte os fazia mais caro com prejuizo notavel do publico»³³.

A Câmara aceitou o pedido e transformou-o em postura: «foi determinado que os Marchantes dos talhos desta cidade não vendão sebo algum para fora della e seo termo, pena de vinte mil reis applicados para as despezas deste Senado, enquanto os fabricantes das fabricas do sebo o quizerem pello seo justo preço e sómente o que sobejar não o querendo os mesmos fabricantes o poderão vender para fora desta cidade»³⁴. Não teria obtido grandes resultados, visto um dos proprietários reclamantes, Caetano José Funtão, ter optado por solicitar uma provisão régia que confirmasse a proibição dos acórdãos, documento que veio a consulta ao Município em Junho de 1794³⁵. Este homem era botiqueiro na cidade, e também o conhecemos por estar envolvido na disputa dos maninhos de Rio de Moinhos, processo em que tentou igualmente ultrapassar as autoridades e as resistências locais dirigindo-se directamente ao poder central.

No ano de 1810, passada a grande turbulência causada nesta região pela guerra peninsular, a venda de sebo para o Porto volta a ser assunto de controvérsia, renovando-se a proibição de os marchantes fazerem sair o produto sem antes terem abastecido todas as necessidades das fábricas da cidade, dividindo-o com igualdade entre elas. A carestia do azeite acrescentava mais uma motivação para o impedimento da extracção desta outra gordura³⁶.

Acerca da dimensão e funcionamento destas *fábricas* nada fomos capazes de documentar. Talvez não fossem muito diferentes das oficinas tradicionais dos sebeiros do Porto referidas nos anos oitenta, distribuídas em redor do matadouro de onde provinham as seiscentas ou setecentas toneladas de sebo em rama que se limitavam a derreter – *rixar* – à maneira antiga, por acção directa do fogo³⁷, ou empregando equipamento industrial a vapor, para obter o *pão* utilizado no

³² AMPNF – A 13 Livro de registo dos actos da Câmara, 1772, Dezembro, 2.

³³ AMPNF – A 16 Livro de registo dos actos da Câmara, 1793, Setembro, 11.

³⁴ AMPNF – A 16 Livro de registo dos actos da Câmara, 1793, Outubro, 2.

³⁵ AMPNF – A 17 Livro de registo dos actos da Câmara, 1794, Junho, 28.

³⁶ AMPNF – A 18 Livro de registo dos actos da Câmara, 1810, Maio, 16 e Dezembro, 31.

³⁷ Na edição reformulada da obra de 1794 *Segredos necessarios para os officios, artes, e manufacturas* explicam-se vários métodos, tradicionais e de inventores estrangeiros, para depurar o sebo e obter estearina, sendo a de melhor qualidade uma combinação da gordura de bovino, caprino e ovino, cada uma com características próprias, que, na devida proporção, se deviam lançar num caldeiro para derreter em água, sem queimar, e depois coar num pano ou peneira de crina. Derretia-se a mistura uma segunda vez, mas agora na água dissolvia-se «por cada oito arrateis de sebo, meia onça de nitro puro, a mesma quantidade de sal ammoniaco e huma onça de pedra ahume queimada». Fervida até não libertar bolhas, arrefecia no recipiente, formando o *pão*, com as impurezas depositadas no fundo, em camada fácil de cortar. Para fabricar as velas, este sebo depurado era fundido e vazado nos moldes: S., J.A.A. – *Segredos necessarios para os officios, artes, e manufacturas, e para outros muitos objectos sobre a economia doméstica*. Lisboa: Na Typographia de José Baptista Morando, vol. 1, 1841, 208 – 221.

fabrico de velas, na saboaria e para a preparação de pomadas aromatizadas (para o cabelo) com grande procura no Brasil. As velas eram feitas «em mesas-tabeleiro perfuradas tendo pendentes os moldes de estanho onde está suspenso o pavio de algodão. Vasa-se o sebo derretido, e depois de frio extrahe-se a véla inteiramente conformada»³⁸, um processo simples e rápido, pouco especializado, que recorria a equipamento acessível e reciclava um subproduto relativamente barato, bem diferente do processamento e da feitura das velas de cera.

De volta à cera, vemos que em 1823 o Corregedor da Comarca de Penafiel responde aos inquéritos da Junta do Comércio sobre a existência de fábricas queixando-se da falta em todo o território sob sua administração, com duas excepções em Penafiel, uma unidade de curtumes e outra de cerieiro.

A fábrica de cera ficava em Ribas, lugar da freguesia de Lagares, em plena serra do Mozi-nho. O proprietário António Rocha, o pai Manuel da Rocha e um servente trabalhavam anualmente, com os meios técnicos necessários, perto de oitenta arrobas de cera, sendo aqui também lavrada muita da matéria-prima trazida pelos produtores, que pagavam apenas a laboração, uma conhecida fórmula para reduzir os dispendiosos investimentos em instalações de transformação nas casas de lavoura sem privar os rurais do autoconsumo das suas produções. O proprietário da fábrica declara não trabalhar maiores quantidades por a região ser pobre em colmeias. Vendia tudo na área da comarca³⁹.

Parece ser a esta mesma fábrica que se refere o *Inquérito Industrial* de 1881 quando trata da pequena indústria do distrito, dizendo que «apenas Santo Thyrsó e Penafiel refinam cera; apenas Penafiel fabrica velas. Ha n'este ultimo concelho duas officinas, sendo uma na séde e outra em Lagares. A produção rural é orçada em 600 kilogrammas e o fabrico das velas attinge o peso de 3:000. O deficit da materia prima vem do Porto. Dos 3:000 kilogramas de velas o vigesimo é amarello que vale a 540 reis, valendo a cera branca a 620»⁴⁰.

Comparada com as oito unidades existentes na cidade do Porto que o *Inquérito* identifica⁴¹, a produção penafidelense não será inferior à de três delas, destacando-se apenas duas muito superiores pelo montante de cera consumido (18 e 20. 000 quilos) e capital investido (27 e 30 contos). A matéria-prima para a mais importante, a Companhia Cerifica Portuense, provinha de Angola (Benguela)⁴², tratando-se de cera amarela, como a que a partir do Porto também chegaria a Penafiel, ajudando a suprir a denunciada insuficiência da produção local, apenas 1/5 do consumo das duas oficinas.

Nos recenseamentos eleitorais do séc. XIX consultados, em que o leque de profissões é alargado, não se encontram cerieiros. Surpreendeu-nos sobretudo o facto de não haver nenhum cerieiro inscrito em 1879⁴³ no lugar de Ribas (Lagares), onde o *Inquérito Industrial* situa uma *fabrica de velas*, tanto mais que este recenseamento para as eleições autárquicas é bastante abrangente, incluindo os chefes de família, mesmo que não soubessem ler ou escrever. Assinalamos contudo que segundo este documento haveria então em Ribas dois *lavradores*, analfabetos, com o sobrenome Rocha, como o proprietário da fábrica em 1823, que foram recenseados pelos seus rendimentos, eventualmente auferidos em actividade complementar à lavoura: António Ferreira da Rocha, de 61 anos, com o montante de 1\$800, e José Joaquim da Rocha, 63 anos, com

³⁸ Relatório apresentado ao Excmo Snr Governador Civil do Districto do Porto pela subcomissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes. Porto: Typ. de António José da Silva Teixeira, 1881, p. 322.

³⁹ AHMOP – Junta do Comércio 12 Mapas e contas dos ministros territoriais acerca das fabricas existentes, 1823, Janeiro, 13.

⁴⁰ Relatório apresentado ao Excmo Snr Governador Civil do Districto do Porto pela subcomissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes. Porto: Typ. de António José da Silva Teixeira, 1881, p. 8-9 e 50.

⁴¹ Relatório apresentado ao Excmo Snr Governador Civil do Districto do Porto pela subcomissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes. Porto: Typ. de António José da Silva Teixeira, 1881, p. 319-320.

⁴² Origem e algumas características físico-químicas das antigas ceras portuguesas em: LEPIERRE, Charles; CARVALHO, Abel de – *Les cires portugaises*. Lisbonne, 1934. Sobre o inquérito à produção apícola nacional na segunda metade de oitocentos, além dos citados no anterior artigo da *Portugália* veja-se: RAMOS, Carlos R.; PITA, Luís – A apicultura em Portugal no século XIX. *Vípasca*. Aljustel, vol. 6 (1997), p. 73 e segs.

⁴³ AMPNF – A 1636 Caderno de eleitores e elegíveis, 1879.

6\$000. Também não parece mera coincidência que a unidade de lagar de cera e fabrico de velas existente em Recarei, freguesia vizinha de Lagares, seja também de um Rocha.

Já o fabrico de velas de sebo, que talvez continuasse a ter lugar na cidade mesmo não estando explicitado, sofreria por estes anos a concorrência da nova fábrica de saboaria instalada por Simão Rodrigues Ferreira na Costeira do Chelo. Produziu, em 1863⁴⁴, oitenta toneladas de sabão branco e amarelo, no valor aproximado de catorze contos. Era dirigida pessoalmente pelo proprietário e empregava sete pessoas, consumindo, entre outros produtos, mais de trinta toneladas de sebo. Continuou em laboração até ao final da década de setenta, mas em 1881 estava já inactiva, tendo sido o cerrado da fábrica vendido por Simão Rodrigues Ferreira a José de Sousa Mendonça Magalhães⁴⁵.

A PURIFICAÇÃO DA CERA

A cera em rama, saída da *estinha* e da *cresta* do cortiço, deveria ser à partida separada por qualidades, já que a mais recente apresentava cor branco-amarelada e características físicas que a valorizavam, enquanto a mais antiga surgia amarelo-escura ou mesmo enegrecida, o que a depreciava.

Se fosse por pouco tempo, o lavrador poderia limitar-se a guardar a cera em rama, depois de espremido o mel, formando *bolas* que venderia ao cerieiro. Mas para garantir que não se estragaria, atacada por exemplo pela borboleta da *tinha* que deixa os ovos alimentando-se as larvas da cera, optava muitas vezes por realizar em casa uma operação básica de limpeza: derreter em água quente, recuperar a cera liquefeita à tona da água com uma vasilha, coar num pano e deixar solidificar numa outra vasilha com um fundo de água para não agarrar. Ferreira Lapa, no manual de tecnologia agrícola que escreve em 1871⁴⁶, propõe uma versão mais elaborada da mesma operação, em que a cera retirada dos cortiços, ainda com muitos corpos estranhos, devia ser primeiro lançada em água que, fervendo, a fazia derreter. Uma vez dissolvidos os restos de mel e desprendidos os resíduos, a cera viria à superfície, onde era recolhida com uma vasilha para ser lançada em nova tina de água quente. Também aqui as impurezas se precipitariam, enquanto a cera, ao arrefecer, coalharia à superfície. Retirada com escudelas, passava à prensa que, para pequenas quantidades, podia ser a mesma com que se espremera o mel. Extraída a água, a cera voltava a ser aquecida, agora em banho-maria, para deixar impurezas mais finas e ficar pronta a ser vertida para as formas onde se moldam os *pães* de cera em bruto ou virgem, de tom amarelo. Este seria o ponto mais avançado do processamento que se fazia em casa. Daqui em diante a manipulação e branqueamento competia aos cerieiros.

*

Quando eram os próprios cerieiros a levar a cabo a purificação da matéria-prima, faziam-no em instalação de maior dimensão, habitualmente designada por *lagar de cera*. Este pode ocupar edifício independente (p.e. Felgueiras) ou estar instalado nas lojas de uma casa de lavoura (caso de Cancelos), ser propriedade do povo ou pertencer a particular que o explora directamente ou arrenda, a dinheiro ou à maquia, uma percentagem fixa da cera trabalhada.

O exemplar mais conhecido entre nós é o lagar comunitário de Felgueiras, no município de Torre de Moncorvo, freguesia que, dissemos, no século XIX congregava significativo número de profissionais. A boa conservação do edificado e a forte tradição local no trabalho e comércio da cera reforçam o valor paradigmático do caso.

⁴⁴ *O Século XIX*. Penafiel, 22 e 25 de Junho de 1864.

⁴⁵ AMPNF – A 31 Livro de registo das actas da Câmara, 1881, Junho,9.

⁴⁶ LAPA, João Ignacio Ferreira – *Tecnologia rural ou artes químicas, agrícolas e florestaes*. Lisboa, 1871, p.63 e segs.

Como descreveu Santos Júnior⁴⁷ e podemos ainda hoje visitar, o lagar de Felgueiras está inserido na malha da aldeia, instalado em construção própria, pétreo e telhado, de chão térreo e tendo apenas a porta por abertura. Até meados do século XX mais de uma dezena de cerieiros nele trabalhava.

É elemento indispensável do lagar a fornalha com a caldeira metálica, como também vemos nos de azeite, mas aqui para aquecer a água e nela ferver a cera em rama esfarelada.

A grande prensa de feixe surge, como sublinharam vários autores, igual às dos lagares de vinho ou de azeite, talvez algo mais volumosa do que a dos primeiros dado o esforço que lhe será pedido. Apresenta a vara horizontal, um tronco de árvore pouco desbastado, perfurado horizontalmente junto da extremidade que penetra no vão da parede deixado para esse fim. Podem ladear esta abertura duas fortes argolas em pedra, com uma parte tosca embutida na alvenaria e outra lavrada saliente, perfurada para receber o eixo que articula a vara, o qual também pode simplesmente rodar em cavidades no miolo da parede. Perto da outra extremidade, mais robusta e designada cabeça, a vara é perfurada verticalmente para dar passagem ao parafuso. Neste ponto, a vara recebe segunda perfuração, quadrangular, que cruza com a anterior, onde vão ser colocadas as *conchas* ou *ósqueas*, fêmeas com o negativo da rosca do parafuso que darão o aperto. Para que a comprida vara não oscile lateralmente, entre o ponto de prensagem e o fuso está enquadrada por dois barrotes verticais fixados à armação da cobertura, os *juizes* ou *virgens*.

O parafuso é um belo trabalho de carpintaria, já que grande parte do seu comprimento se mostra transformado numa rosca helicoidal de compasso certo, que roda na fêmea das *conchas* para diminuir ou aumentar a distância entre a trave onde ficou presa e o peso em pedra que suporta. Esta ligação, em alguns exemplares, faz-se no quarto inferior, de secção quadrangular, perfurado verticalmente no cerne para receber o veio (secção circular) que o prende ao peso. A fixação é conseguida por outra pequena perfuração na horizontal onde passa uma chavelha que atravessa a madeira e o ferro do eixo, tornando fuso e peso solidários. No caso de Felgueiras, Santos Júnior fala-nos da existência no topo inferior de «*um espigão de ferro com rebarba que é abraçada por argola fortemente cravada no topo cimeiro do bloco de granito*»⁴⁸. Uma terceira furação horizontal do fuso, acima da anterior, permite o atravessamento por um pau, amovível, usado para um ou dois homens exercerem a força de rotação.

Os pesos que conhecemos nestes lagares são blocos graníticos sensivelmente tronco-cónicos, com a face arqueada, mais ou menos bem lavrados e com considerável volume/peso. Prendem-se ao parafuso através de um veio, com cabeça na extremidade inferior, que tanto pode atravessá-los verticalmente como ficar retido por um encaixe em duplo chanfro ou de bucha travada por cunhas⁴⁹.

Se os anteriores elementos são comuns às prensas de diferentes lagares, os que se seguem são específicos da cera. No chão está, meia enterrada, uma pia de pedra quadrangular, sobre ela assenta a *broca*, enorme cepo de madeira talhado em paralelepípedo, que na parte superior apresenta uma profunda concavidade cilíndrica, brocada com regularidade no maciço do lenho quase até o vazar, deixando apenas uma pequena espessura que serve de fundo, por sua vez com múltiplos furos, para deixar escorrer a cera e água até à pia⁵⁰.

É nesta concavidade cilíndrica da *broca* que vai ser introduzido o *mandim*, composto por a *saia* ou cilindro de esparto ou bracejo (como um cesto sem fundo) em que se colocam sucessivamente as seiras, capachos ou empreitas, também de esparto ou bracejo, deitando sobre cada um deles uma certa quantidade de cera derretida na caldeira antes de lhe sobrepor o seguinte.

⁴⁷ SANTOS JÚNIOR, J. R. dos – Lagar comunitário de cera. Felgueiras – Moncorvo. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, vol. 24 (3) (1983), p. 489-509.

⁴⁸ SANTOS JÚNIOR, J. R. dos – Lagar comunitário de cera. Felgueiras – Moncorvo. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, vol. 24 (3) (1983), p. 495.

⁴⁹ PEREIRA, Benjamim – *Tecnologia tradicional do azeite em Portugal*. Idanha-a-Nova: Centro Cultural Raiano, p. 54-55.

⁵⁰ No menos antigo lagar de cera de Pedome, Vila Nova de Famalicão, também com prensas de feixe, a broca foi substituída por um depósito de cimento de idêntico formato, o *ensaque*: informação de Jerónimo Juliano Carvalho Fernandes, em trabalho escolar.

Porque o material a espremer está contido no *mandim* cilíndrico, a vara teria dificuldade em o premir não fora a mediação de um cepo também cilíndrico e de diâmetro pouco menor, o *chapuz*, que pressionado pelo abaixamento da trave se irá introduzir no *mandim* como um êmbolo. No Norte de Portugal esta peça é independente, sobrepondo-se-lhe alguns malhais para preencher o espaço até à trave, enquanto no Norte de Espanha aparece presa à face inferior desta⁵¹. Quando independente, necessita de uma adaptação para que seja a própria trave, ao ser levantada, a desenterrá-la do *mandim*. Duas asas ou espetos laterais onde se prendem as argolas das extremidades de uma corda passada sobre a trave servem este fim.

Para utilizar o lagar comunitário, um cerieiro de Felgueiras devia fazer-se acompanhar da lenha para alimentar a caldeira, do seu próprio *mandim* e do recipiente com que deitar a cera liquefeita da caldeira para os capachos e a recolher depois de espremida, lançando-a nas pias de pedra ao lado da prensa. Noutros casos estas pias fixas são substituídas por formas de madeira ou folha móveis.

O trabalho começaria com o acender da fornalha para aquecer a água na caldeira, lançando-lhe a cera em bruto esfarelada, que sobrenada líquida, sendo mexida até derreter completamente para uniformizar a calda e largar muitas das impurezas. Neste estado é recolhida com um recipiente (três ou quatro vezes) e lançada sobre o capacho previamente inserido com o *mandim* dentro da *broca*. Os gestos repetem-se até estarem todos os capachos preenchidos, prontos para receber o *chapuz* que transmitirá a prensagem exercida pelo abaixamento da vara à medida que o parafuso for rodado, até que o ponto de apoio seja mais forte e então o peso comece a levantar do chão, suspenso do parafuso, posição em que a prensa assume a sua maior força.

A cera que caía na pia, quando atingia uma camada de espessura suficiente, devia ser retirada com uma vasilha para as formas, molhadas para que não aderisse, onde arrefecia lentamente formando o *pão*, que se destacava com facilidade depois de frio. No lagar do concelho de Tinéo (Astúrias), descrito por López Alvarez, à semelhança do de Forcarei (Pontevedra), a mistura de cera e água que na prensagem caía para a pia seguia por canaleta para outras duas menores, depositando-se a cera na primeira e a água na segunda, processo que lembra o funcionamento das tarefas dos lagares de azeite⁵².

Também como nestes, depois da prensagem, as seiras precisavam de ser batidas em chão de pedra para se libertarem dos resíduos, o *estrume*, que se amontoavam para fertilizar os campos. Quaisquer bocados de cera voltavam à caldeira.

Da mesma forma que sucedeu nos lagares de vinho, nos de cera as prensas de feixe foram igualmente, em alguns casos da região transmontana, substituídas por grandes prensas industriais de cincho, em ferro fundido.

*

A apicultura mobilista, lentamente difundida a partir do final de oitocentos como vimos no trabalho anterior, coloca a tónica na produção do mel mais do que na da cera, que é poupada para que as abelhas possam rapidamente reconstituir o enxame e repor as reservas de alimento. Assim sendo, a desoperculação dos quadros faz-se com cuidado e o mel é recolhido no centrifugador, deixando os favos grandemente intactos, do que resulta uma quantidade de cera muito menor, mas nem por isso menos valiosa, já que cada vez que se coloca um quadro novo este tem de levar a placa de cera de base, e o enxame só aceita o produto natural. Ou seja, a cera passou a ser prioritariamente encaminhada para satisfazer as necessidades da própria apicultura mobilista, que a recolhe, purifica e molda em placas.

⁵¹ LÓPEZ ÁLVAREZ, Xuaco – *Las abejas, la miel y la cera en la sociedade tradicional asturiana*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 1994, p. 136; FUENTES ALENDE, Xosé – Exvotos de cera: tecnoloxía e funcionalidade. *Actas do Simposio Internacional In Memoriam Xaquín Lorenzo*. Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega, 1996, p. 233.

⁵² LÓPEZ ÁLVAREZ, Xuaco – *Las abejas, la miel y la cera en la sociedade tradicional asturiana*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 1994, p. 136; FUENTES ALENDE, Xosé – Exvotos de cera: tecnoloxía e funcionalidade. *Actas do Simposio Internacional In Memoriam Xaquín Lorenzo*. Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega, 1996, p. 235-236.

Para recuperar a cera extraída junto com o mel, Eduardo Sequeira⁵³ recomendava, para poucas quantidades, o emprego do *purificador solar*, uma caixa com a tampa superior em vidro, inclinada, e o fundo (65x50cm) coberto por um tabuleiro de folha com uma fina rede metálica por cima. Na parte dianteira a parede do tabuleiro não existe e a rede cede lugar a uma pequena tina-reservatório. Sobre a rede se depositava a cera em pequenos pedaços para, aquecida pelo Sol que incidia no vidro, derreter, passar ao tabuleiro deixando as impurezas e acabar por escorrer para o reservatório onde arrefece formando o pão (Fig. 2).

Perante quantidades médias, o manual do mobilismo sugeria a *Caldeira Bourgeois*, em que se derretia a cera a vapor, ou a marmita onde era fundida em banho-maria (Figs. 3 e 4), ambas da marca Gariel⁵⁴. A *caldeira* era um recipiente cilíndrico aquecido a vapor que se enchia meio de água, na qual se deitava a cera em bocados. Quando liquefeita, vazava-se para formas cónicas passando por um coador. Na forma devia arrefecer lentamente, para que ao solidificar as impurezas mais finas ficassem no fundo e pudessem ser raspadas ao desenformar.

A fábrica de Manuel Tavares de Sousa⁵⁵, em Rio Mau (Penafiel), fornecia caldeiras, *imitação da americana Hershiser*. Mas antes de ir para a caldeira, os favos deveriam ser aquecidos numa selha, espremidos à mão e deitados em formas de madeira revestidas por pano de serapilheira com pontas capazes para serem cosidas. A caldeira, de forma cúbica, tinha prensa e várias grades e redes no interior. Uma vez colocada a cera entre as grades desta caldeira de água fervente, em bolos envolvidos por serapilheira, derretia e a prensa deveria ser várias vezes apertada e aliviada para a fazer soltar de todo, ficando as impurezas aprisionadas no tecido. Vinha à superfície já limpa, coagulando, pronta para ser recolhida.

Para o caso de grandes volumes de cera a tratar, o manual de Eduardo Sequeira não tem alternativa «*utilizam-se prensas de enorme força, semelhantes às de exprimer o bagaço, para fazer fôrmas de cêra, compactas e livres de todo o mel*»⁵⁶, os lagares de cera de que falámos antes.

*

Nas oficinas regionais nem sempre se apurava a cera e procedia ao seu branqueamento, como se usava nas unidades de maior qualidade. No entanto, o método descrito por Ferreira Lapa, um dos mais eruditos agrónomos portugueses oitocentistas, é não só idêntico ao que se ilustrara na *Encyclopédie*⁵⁷ (Figs. 5 e 6) um século antes, como coincide com as indicações de Eduardo Sequeira⁵⁸ e a informação recolhida por Santos Júnior⁵⁹ em Felgueiras (Torre de Moncorvo), Sampedro Fernández em Paraños (O Covelo, Pontevedra)⁶⁰ ou Eligio Rivas em Ambía (Ourense)⁶¹, extensível a Guadalajara⁶², que remete para pleno século XX, salvaguardada a distinta valia do equipamento: «*com o fim de purificar e branquear a cera, derrete-se esta em caldeiras de cobre ou de ferro metidas em fornos. Depois de derretida mistura-se-lhe cremor tartaro ou alumen na dose de 250 grammas por quintal métrico de cera bruta. Deixa-se a cera líquida depois de bem batida, em descanso por algum tempo para assentar as impurezas; transvaza-se de caldeira para a tina em que acaba de depositar algumas impurezas, e d'esta tina ainda líquida faz-se cair em uma caixa provida de um fundo ou fieira crivada de buracos, que a deixam sair em*

⁵³ SEQUEIRA, Eduardo – *As abelhas. Tratado de apicultura mobilista*. Porto: Typographia Social, 1895, p. 184.

⁵⁴ SEQUEIRA, Eduardo – *As abelhas. Tratado de apicultura mobilista*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, vol. 2, 1921, p. 30-31.

⁵⁵ SOUSA, Manuel Tavares de – *Catálogo-guia dos utensílios apícolas*. Rio Mau – Entre-os-Rios, 1953.

⁵⁶ SEQUEIRA, Eduardo – *As abelhas. Tratado de apicultura mobilista*. Porto: Typographia Social, 1895, p. 184.

⁵⁷ *Encyclopédie Diderot et d'Alembert: Artisanats au 18^{ème} siècle: Blanchissage des cires*. Paris: Inter-Livres, 1994, pl. I e II.

⁵⁸ SEQUEIRA, Eduardo – *As abelhas. Tratado de apicultura mobilista*. Porto: Typographia Social, 1895, p. 185.

⁵⁹ SANTOS JÚNIOR, J. R. dos – Lagar comunitário de cera. Felgueiras – Moncorvo. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, vol. 24 (3) (1983), p. 503-504.

⁶⁰ SAMPEDRO FERNANDEZ, Andrés – Os cereiros de Paraños. *Actas do III Congresso de Historia da Antropología e Antropología Aplicada*. Santiago de Compostela, vol. 1, 1997, p. 435-436.

⁶¹ RIVAS QUINTAS, Eligio – *Mel e cera. O aceite*. Ourense, 2009, p. 98 e segs.

⁶² CASTELLOTE HERRERO, Eulalia – Cera y cerería en Guadalajara. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*. Madrid, vol. 43 (1988), p. 143-144.

fios delgados [o raro de Felgueiras]. Estes, ainda bastante molles, rolando sobre um cylindro meio mergulhado na agua fria de uma tina [rebolo em Felgueiras], tomam a forma de fitas que vão correndo já solidificadas á superficie da agua até á extremidade opposta da tina [pia], aonde são colhidas e retiradas para fora»⁶³.

Assim depurada e estirada em fitas, seguia para os tendais, armações de madeira cobertas com lonas, ou mais simplesmente para as eiras de pedra de Felgueiras, que em Paraños e Ambía podiam ser cercadas ou altas a fim de que nenhum animal pisasse a cera estendida a corar ao Sol e ao relento. Regava-se algumas vezes para evitar a desidratação e que a temperatura excessiva a derretesse, sendo remexida de manhã cedo enquanto estava dura. Voltava a ser fundida e novamente exposta até atingir uma brancura uniforme. Completado o processo, juntava-se em *pães*, forma habitual de a comercializar.

O branqueamento químico começou a substituir a cora na viragem para o século XX. Na primeira edição do seu manual, de 1895, Eduardo Sequeira diz que «*este processo... ainda se conserva segredo de limitado numero de industriaes da especialidade*». Em 1921 descreve-o da seguinte forma: «*A cera, dividida em pequenos fragmentos, é agitada com uma pequena quantidade de acido sulfurico diluido em duas partes de agua e alguns fragmentos de azotato de soda. A quantidade de acido nitrico que se desenvolve, é sufficiente para destruir o principio córante*»⁶⁴. Já o branqueamento com clorato de cal, embora mais rápido, deixava na cera resíduos indesejáveis, do que resultaria a libertação de ácido clorídrico quando as velas ardessem. Aliás, qualquer dos procedimentos era pouco apreciado, porque com eles se obtinha, na opinião do autor, uma cera ressequida e quebradiça.

De qualquer forma, no final do século XIX o tempo das velas de cera de abelha havia passado, como se reconhece no *Diccionario Universal da Vida Pratica*. Já não se empregavam se não nas igrejas, apesar da boa luz que proporcionavam, tendo sido substituídas pelas de estearina, também luminosas e muito mais baratas, sem o cheiro pestilento das simples de sebo e dispensando, como aquelas, o uso do espevitador visto consumirem o pavio⁶⁵.

O LAGAR DE CERA DE CANCELLOS (SEBOLIDO)

Em Outubro de 1996, o Museu Municipal de Penafiel foi alertado pelas autoridades locais para o facto de estar para breve a remodelação de uma habitação no lugar de Cancelos, freguesia de Sebolido (Fig. 7), onde existiam duas estruturas de produção tradicionais que poderia haver interesse em salvaguardar⁶⁶, a exemplo de outros trabalhos anteriormente realizados nesta mesma área.

A deslocação mostrou-se frutuosa. No fundo do lugar, sobre o caminho da praia (hoje rua da Praia), junto ao Douro, deparámos com um edifício tradicional de habitação, com lojas e sobrado, este com acesso exterior por escada maciça terminada em patim, que abriga uma das portas das lojas (41º 03' 13'' N; 8º 20' 08'' W). A construção é em xisto, a pedra local, de blocos pequenos e aparelho incerto mas bem aprumado, rebocado e caiado apenas na fachada principal, que apresenta uma faixa inferior de pintura escura. Telhado cerâmico com beiral de lousa, poucas janelas e voltadas ao rio (Fig. 8). Aberta a porta da loja, entramos num espaço amplo e muito escuro, cheio de areia e materiais para a obra que se iria começar, mas em que se mantinham no seu sítio duas prensas de feixe, tecnicamente idênticas mas de dimensões extremas.

⁶³ LAPA, João Ignácio Ferreira – *Technologie rural ou artes chimiques, agricoles e florestaes*. Lisboa: Typographia da Academia Real Das Sciencias, vol. 3, 1871p. 64-65.

⁶⁴ SEQUEIRA, Eduardo – *As abelhas. Tratado de apicultura mobilista*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, vol. 2, 1921, p. 33.

⁶⁵ BASTO, Teixeira – *Diccionario universal da vida pratica na cidade e no campo*. Porto: Magalhães & Moniz Editores, vol. 2, 1889, p. 143.

⁶⁶ Vieram a ser desmontadas com supervisão e oferecidas ao Museu pela família de Abel Gonçalves.

Uma delas, muito pequena, pertencia a um lagar de vinho (MMPNF/1998/1855) erguido com placas de lousa sobre um soco, uma a fazer o fundo e outra por cada um dos tampos, com encaixes cortados para se fixarem na montagem. A solidez desta original peça era reforçada por ripas de madeira montadas como que em grade, prendendo as lousas. As juntas estavam internamente vedadas com um mistura de saibro e cal; a lagareta, lateral, era nova. O feixe da prensa não chegava aos três metros de comprimento, com espessura de cerca de trinta centímetros, sendo o parafuso e peso granítico proporcionalmente dimensionados. O topo entrava na parede, em vão predefinido, ladeado por argolas de pedra parcialmente embebidas, furadas para receber o eixo que articulava a trave (Fig. 9).

A segunda prensa (MMPNF/1998/1860) foi a que motivou este trabalho. Sobressaía pelas suas grandes dimensões, atravessando o espaço quase de parede a parede, o que nos levou a pensar que teria sido colocada aquando da construção do edifício (Fig. 10)⁶⁷.

O feixe (4,70 x 0,57m) parece-nos feito de um tronco de sobreiro, escassamente facetado e isto no tramo próximo da raiz, o mais volumoso, que aqui corresponde à extremidade da *cabeça*, onde se aplica o fuso. A outra penetrava num vão da parede ladeado por potentes argolas de granito nela embebidas. Um eixo em ferro, de secção circular, atravessava a furação das argolas graníticas e do feixe, articulando-os. Estava travado junto a cada ponta por uma chavelha de ferro inserida num rasgo (Fig. 11).

Um avantajado bloco de granito (0,97x 0,78 no topo e 0,96m na base), rudemente aparelhado em forma tronco-cónica, constitui o peso. Foi vazado (5cm diam.) ao centro, na vertical, para a passagem do veio que o liga ao fuso. Estamos face a um sistema de veio com sapata na ponta inferior, embutida em rebaixe, que atravessava toda a pedra, prolongando-se cerca de 25cm para fixação no fuso. Na face superior do peso vemos novo círculo rebaixado em volta do eixo (23,5cm), a preencher com as anilhas ou argolas que permitiam a rotação do conjunto veio/fuso estando o peso imóvel (Fig. 12).

O fuso é proporcional (1,90 x 0,16m), tem secção quadrada no seu quarto inferior, sendo o demais comprimento (1,40m) coberto por um talhe em rosca, com um compasso de cerca de sete centímetros. A parte quadrangular, inferior, foi parcialmente escavada no cerne para receber a ponta do veio de ferro com que se liga ao peso. Esta união é travada por uma chavelha que entra horizontalmente nos rasgos abertos quer no fuso quer no veio. Há ainda uma outra furação horizontal, acima e desencontrada com a anterior, onde era introduzido o pau que os homens empurravam para fazer rodar o fuso.

A ponta superior do fuso atravessa o feixe, ao qual é ajustado pelo aperto das *conchas*, num sistema de macho/fêmea. Estas *conchas* são peças de madeira paralelepípedicas, escavadas numa das faces em rosca fêmea, que se introduzem em rasgos horizontais abertos em lados opostos da trave. Quando apertadas ajustam-se ao fuso que nelas roda obrigando o feixe a baixar ou subir. Apenas quando o ponto de apoio, o material que se está a prensar, apresenta maior resistência, o feixe deixa de poder baixar e o fuso começa a levantar consigo o peso de pedra, multiplicando a força exercida na prensagem.

Podendo considerar-se este tipo de prensa comum no município e região, porque aplicada a muitos lagares de vinho e azeite, já o fim a que se destinava neste caso nos era pouco familiar, não fora o caso exemplar de Felgueiras (Torre de Moncorvo) de que falámos antes. Sob o feixe, relativamente próxima da parede, encontrámos uma pia de granito quadrangular (0,76x1,04x0,42m), parcialmente enterrada, e sobre ela um bloco de madeira talhado (1,29x0,52x0,40m) com uma escavação cilíndrica (0,48diam.x0,31m) numa das faces, que identificámos como uma *broca* de prensa de cera (Fig. 11). Esta *broca* deixaria passar a cera para a pia por meio de um orifício (7cm diam.) vazado no centro do fundo. Lateralmente apresenta uma segunda abertura, muito irregular,

⁶⁷ Esboçamos nesta Fig. 10 a montagem funcional das peças que ainda encontrámos no local, acrescentando-lhe o *mandim* existente no Museu.

que aparenta mais resultar da ruptura devida a um ponto de fragilidade da madeira do que de uma furação intencional. Está revestida interiormente por chapa de ferro com um furo visível.

Inquiridos os elementos da casa presentes e outros vizinhos, ninguém soube indicar que utilização era dada a esta prensa, nem para que servia aquele bloco de madeira trabalhado. Mesmo depois de alguma sugestão, desconheciam por completo qualquer actividade aqui realizada. O tópicos produção de cera apenas os conduzia às fábricas de aprestos para a apicultura onde a iam vender, sediadas na parte alta da freguesia e em Rio Mau, lugar que dela se destacou apenas na década de oitenta do século XX.

Foi, portanto, por comparação com alguns exemplares conhecidos que identificámos este lagar de cera, instalado nas margens do Douro, que teria deixado de funcionar há bastantes décadas, a ponto de se ter perdido a memória. O edifício em que estava, porém, dificilmente nos remete para trás do século XIX. CANCELLOS foi neste período um areio onde acostavam rabelos, terra de alguns arrais e marinheiros, dispendo também de uma barca de passagem que aqui perto cruzava o Douro para Midões (Castelo de Paiva).

A localização sobre o rio facilitaria o acesso fluvial, quer para receber matéria-prima de áreas mais afastadas deste corredor duriense, com diversas manchas propícias para a apicultura, quer para escoar a cera purificada, enviando-a para o Porto. Muito mais difícil seria chegar ao lagar por terra, a partir de outras freguesias, uma vez que estava incrustado no sopé da serra da Boneca, barreira para Norte, e a estrada marginal do Douro tardou em ser construída. Percebemos, perante esta situação, que em caso de necessidade se tornava mais cómoda para as populações de quase todo o concelho a deslocação ao lagar de Recarei.

A designação das peças específicas do lagar de cera é a da bibliografia e não pôde ser certificada localmente por desconhecimento, ao contrário dos elementos da prensa de feixe, que muitos sabem ainda montar e manipular.

Faltam neste lagar as madeiras de apoio da *broca*, o chapuz e, sobretudo, a fornalha com a caldeira onde se derreteria a cera na água fervente, que poderia ser idêntica à de alguns alambiques e dos lagares de azeite, em cobre e por isso muito valorizada a ponto de ser retirada. Não vimos também as pias onde se formavam os *pães* de cera, que sendo de pedra, pequenas e fáceis de remover poderiam ter recebido uma nova aplicação. No caso de formas feitas em madeira ou folha, mais fácil seria a reutilização.

Evidentemente que estando desaparecidos estes elementos estruturais, muito menos esperávamos encontrar as peças mais perecíveis, como o *mandim* e suas seirinhas, mas neste ponto a artesanaria do município reservava-nos uma outra frente de investigação. É que existiam no Museu estas peças, novas, fabricadas numa freguesia do extremo Norte do concelho (MMPNF/1993/1277).

Nas primeiras edições da Agrival, Feira Agrícola do Vale do Sousa, o expositor António Augusto Duarte, de Castelões de Recezinhos, apresentara, na secção de artesanato, seiras para lagar de azeite e *mandins* e seiras próprios para o lagar de cera, tudo feito em esparto⁶⁸. Em 1983, finda a feira, alguns exemplares recolheram ao Museu, integrando as colecções (Fig. 13).

O *mandim* de que falamos resulta de um trabalho doméstico executado pela mesma família de seireiros ao longo de três gerações, até à década de oitenta. Usavam esparto encomendado a fornecedores de Loulé (depois importado de Marrocos por José Rodrigues & Filho), que o remetiam pelo transporte ferroviário. A saia é um cilindro com textura de entrançado cruzado (0,77x0,43m diam.). Apresenta quatro asas salientes, cada uma delas na sequência de uma trança continua cosida no interior e exterior da parede, que cruza na pega, resultando esta

⁶⁸ *Agrival, 4ª Feira Agrícola do Vale do Sousa: catálogo geral*. Penafiel, 1983; *Agrival, 7ª Feira Agrícola do Vale do Sousa: catálogo geral*. Penafiel, 1986, p. 26. Confirmamos a informação junto do filho e do neto do último seireiro de Castelões, que nos disseram que além dos *mandins* e seiras, a que depois de algum esforço chamaram capachos e seirinhas, produziam seiras para os lagares de azeite, tapetes e empalhavam garrafões, obras que, por vezes, carregavam para as ir entregar a casa do comprador. Fotografia de Manuel Ribeiro/MMPNF.

reforçada (Fig. 14). Estas asas seriam importantes para puxar o *mandim* carregado de cera para fora da *broca*. Segundo a indicação dada num dos lagares, ele podia ser mesmo erguido, como o *chapuz*, com a ajuda de uma corda passada sobre a trave, aproveitando o movimento desta. As seirinhas são discos trabalhados a partir do centro, levemente côncavos, com 0,42m de diâmetro.

Apesar de não sabermos se este fabricante foi contemporâneo do funcionamento e conhecido pelo cerieiro do lagar de Cancelos, o *mandim* ajusta-se perfeitamente à *broca* daquele, como se ajustava à de outros que fornecia, porque existe uma certa uniformidade entre todas as instalações. Só assim se compreende que centros como Loulé e, mais próximo, Beselga (Penedono)⁶⁹ se tenham especializado no fabrico de seiras para os lagares de azeite e mandins para os de cera, que distribuía para o Norte e Centro do país.

*

Confirmámos pois, no terreno, a existência de um lagar de cera em Cancelos (Sebolido – Penafiel), a que apesar de várias tentativas ainda não fomos capazes de fazer corresponder documentação escrita, nem atribuir uma datação a não ser com uma larga margem que abrange o século XIX e as primeiras décadas do seguinte. Em contraponto, deslocámo-nos várias vezes a Ribas (Lagares – Penafiel) em busca de memórias e materiais da fábrica de que nos falam os inquéritos industriais do século XIX, e nada conseguimos. O mesmo se dirá dos cerieiros da cidade, que trabalhavam sebo e cera (Fig. 15).

Até ao momento, o único lagar de cera que sabemos ter estado activo nesta região na segunda metade do século XX, servindo a população de várias freguesias penafidelenses, é o de Recarei (Paredes), e são muitos os que se lembram das longas caminhadas carregando a cera recolhida nas colmeias da casa para lá a ir vender. Próximo funcionava uma fábrica de velas, ainda a laborar, onde nos informaram (em 2006) que o lagar já tinha sido desmontado há alguns anos⁷⁰. Pela parca descrição obtida junto dos cerieiros, alargada por utilizadores que recordam o lagar em actividade, seria semelhante ao de Felgueiras e a outros conhecidos.

A esta actividade produtiva se refere José do Barreiro, na sua monografia do concelho de Paredes, onde gasta menos de uma linha para dizer que em Recarei existia *como industria local a de velas de cera*, além de duas fábricas de manteiga⁷¹. Trata-se da *Fábrica de Velas Rocha*, de José Bernardino da Rocha Nogueira, na actual Casa do Cerieiro⁷², junto da igreja paroquial.

O FABRICO DE VELAS E EX-VOTOS

Malgrado não nos ter sido facultada a visita às instalações de produção, na *Fábrica de Velas Rocha* estavam disponíveis para venda tanto velas como ex-votos de cera, e foi-nos explicado verbalmente o processo de fabrico, o mesmo que consta da bibliografia⁷³. Sumariámo-lo aqui porque seria, possivelmente, o mesmo que as antigas unidades da cidade de Penafiel e de Ribas

⁶⁹ CORREIA, Alberto – *Ceiras e capachos de Beselga*. Viseu: Junta Distrital de Viseu, 1974. Embora neste trabalho não se refiram os *mandins* da cera, era desta localidade que provinham os utilizados em Felgueiras (Torre de Moncorvo).

⁷⁰ Em Cogula, município de Trancoso, tradicional terra de cerieiros, com lagar, o fabrico de velas continua a ser realizado, industrialmente, sob a designação empresarial *Beira Velas*.

⁷¹ BARREIRO, José do – *Monografia de Paredes*. Porto, 1922, p. 515.

⁷² Rua João Paulo II, 47 4585-899 RECAREI.

⁷³ SANTOS JÚNIOR, J. R. dos – Lagar comunitário de cera. Felgueiras – Moncorvo. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, vol. 24 (3) (1983), p. 504-507; CARVALHO, A. L. – *Os mesteres de Guimarães*. Braga, vol. 5, 1944, p. 48-49; PEREIRA, Catarina – Contributo para o estudo da indústria da cera em Guimarães: A Casa da Cera da Porta da Vila. *Veduta*. Guimarães, vol. 2 (2008), 9-15; LÓPEZ ÁLVAREZ, Xuaco – *Las abejas, la miel y la cera en la sociedade tradicional asturiana*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 1994, p. 138 e segs; DÍAZ MADERUELO, Rafael e outros – El oficio artesano de cerería en Segovia. *Etnografía Española*. Madrid, vol. 5 (1985), p. 273-351; ARMENDÁRIZ MARTIJA, Javier – La cerería en Puente la Reina (Navarra), 1870-1950. *Cuadernos de Etnología y Etnografía de Navarra*. Ano 30, nº 7 (1998), p. 63-88; CUISENIER, Jean – *L'abeille, l'homme, le miel et la cire*. Paris: Éditions de la Réunion des Musées Nationaux, 1981, p. 164 e segs; SEYMOUR, John – *Métiers oubliés*. Paris: Éditions du Chêne, 1994, p. 184-185.

(Lagares) teriam assumido. Já o vemos ilustrado na *Encyclopédie* de Diderot et d'Alambert⁷⁴ (Fig. 16), da segunda metade de setecentos.

As velas fazem-se a partir de bocados partidos do *pão* de cera já purificada, amarela ou branqueada pela cora, quase sempre combinada com outras substâncias – antigamente o sebo, depois a estearina e a parafina – derretida num recipiente metálico autónomo, o *tacho* de Felgueiras, que possa suportar uma fonte de calor colocada por baixo, para que a cera permaneça líquida.

O elemento de maior visibilidade da oficina é uma roda de arco madeira ou metal, também chamada *romana*, que se coloca na horizontal sustida por um eixo vertical rotativo. Normalmente este eixo tem furação a diversa altura para a fixar de acordo com a dimensão da obra, velas pequenas ou de grande comprimento. Se ficar muito alta, o cerieiro precisa de uma banquetta para lhe chegar e despejar a cera.

A roda tem em todo o perímetro ganchos ou pregos dobrados onde se penduram os pavios de fio têxtil embebidos em cera para ficarem tesos e não se desmancharem, mais ou menos grossos conforme o produto a fazer. Porque um pavio desajustado estragava a obra, os regimentos do ofício trataram frequentemente deste aspecto, acautelando a qualidade.

Armada a roda com os pavios, o recipiente da cera derretida é colocado por baixo do seu aro, para que o cerieiro encha a colher e a despeje lentamente no alto do pavio, rodando-o sobre si com a outra mão a fim de conseguir uma distribuição uniforme enquanto esta escorre por ele abaixo, solidificando. Se pingar cairá no *tacho*, sem desperdício. A operação repete-se para cada pavio, que fica frente ao cerieiro pela lenta rotação que imprime à roda, e depois novamente a partir do primeiro, para que cada vela se vá formando pela solidificação de camadas sobrepostas. Porque a cera, devido ao arrefecimento, se deposita em maior quantidade na metade inferior, dando à vela uma forma cônica, torna-se necessário virá-la, prendendo-a pela ponta do pavio que ficou saliente no fundo. Agora mais cera, despejada com arte, fá-la-á cilíndrica, até atingir a grossura desejada.

Desprendida da roda, a vela arrefecia sobre mantas ou panais se necessário, e passava à mesa, de tampo muito plano e duro, humedecido, para aí ser ultimada, retirando-se os excessos com uma faca aquecida. Alisava-se a superfície rolando-a sobre a mesa e era brunida com uma tábua macia. Podia ainda receber decoração pelo acréscimo de cera à barbotina, depois trabalhada com pinças ou facas, ou pela impressão de linhas e padrões, etc. A aposição da marca do cerieiro, obrigatória segundo os regimentos, também teria lugar com a cera por enrijecer totalmente. Faltava acondicioná-las segundo qualidade, peso e comprimento.

Em vários centros cerieiros de Espanha o procedimento corrente para obter velas era mais expedito, pelo menos para as cronologias recentes⁷⁵. Consistia na sucessiva imersão vertical em recipiente contendo cera liquefeita de um conjunto de pavios presos a uma vara ou tábua com ganchos e unidos aos pares na outra extremidade, por forma a obter uma cala onde era colocado uma barra/peso que os mantivesse tensos. A acumulação de camadas, de cada vez que os pavios eram mergulhados e logo levantados, ia formando as velas que, para ficarem uniformes, se passavam no buraco de uma fieira com o calibre desejado. É curioso ver que, em alguns casos, estas tábuas com os pavios estavam pendentes de uma grande roda (por vezes poligonal) parecida com a antes mencionada, que se fazia girar sobre o recipiente da cera, baixando e mergulhando um conjunto de cada vez, novamente subido com a ajuda de um sistema de roldana e contrapeso⁷⁶.

⁷⁴ *Encyclopédie Diderot et d'Alambert: Artisanats au 18^{ème} siècle: Cirier*. Paris: Inter-Livres, 1994, pl. I.

⁷⁵ CASTELLOTE HERRERO, Eulalia – Cera y cerería en Guadalajara. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*. Madrid, vol. 43 (1988), p. 146 e segs.; FIDALGO SANTAMARIÑA, Xosé António – *Os saberes tradicionais dos galegos*. Vigo: Editorial Galaxia, 2001, p. 107.

⁷⁶ Este trabalho está bem documentado: PRADOS TORREIRA, Lourdes; OLMO ENCINO, Lauro – Las cererías. *Narria. Estudios de artes y costumbres populares*. Madrid, vol. 13 (1979-3), p. 28-29; DÍAZ MADERUELO, Rafael e outros – El oficio artesano de cerería en Segovia. *Etnografía Española*. Madrid, 5 (1985), p. 298 e segs.; FUENTES ALENDE, Xosé – Exvotos de cera: tecnoloxía e funcionalidade. *Actas do Simposio Internacional In Memoriam Xaquín Lorenzo*. Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega, 1996, p. 238-239; ESPÍÑA CAMPOS, Gumersindo – Os Cerieiros de Forcarei. In RAPOSEIRAS CORREA, José (coord.) – *A procura da nosa identidade: Terra de Montes*. Pontevedra: Diputación Provincial, 2007, p. 299-300.

Também se obtinham velas por moldagem – sobretudo as de sebo e depois as de parafina porque a cera de abelha é difícil de trabalhar desta forma – em moldes bivalves de madeira ou conjuntos de molde de canudo em folha, de onde se retiravam mediante um leve aquecimento destes (Fig. 18)⁷⁷.

A preparação da vela de rolo, de que falam os *regimentos* do Antigo Regime e que era peça central do andor da Candeia do Espírito Santo de Guimarães referido no início do texto, está ilustrada na primeira figura do ofício de cerieiro da *Encyclopédie* (Figs. 16 e 17)⁷⁸. Com esta vela de rolo, presa a uma cana, se acendiam as velas dos altares. Manteve também uma forte tradição na área dos Pirinéus onde, com a designação castelhana de *cerilla*, *ezkobildu* em basco, se destinada aos defuntos, sendo apresentada sob várias formas, principalmente enrolada numa tábua decorada para formar a *argizaiola*, que ardia sobre a sepultura, no interior da igreja⁷⁹.

Para a realizar seria necessário dispor de vários metros de pavio que se enrolavam num tambor colocado horizontalmente numa armação. Frente a este dispunha-se outro igual onde a vela se iria enrolar. Entre eles ficava uma mesa com o recipiente da cera e a respectiva braseira por baixo para a manter líquida. O pavio que saía do primeiro tambor mergulhava na cera da bacia encaminhado por um gancho ou carrinho e saía dela pelo outro lado, passando por um dos buracos da feira de chapa presa à mesa, que lhe regularizava a espessura, para seguidamente ser enrolado no segundo tambor. Como dissemos das velas feitas na roda, também este rolo devia ganhar a espessura lentamente, por camadas sobrepostas de cera, pelo que a passagem de um tambor a outro era várias vezes repetida, logo que a camada anterior estivesse seca, apenas com a diferença que de cada vez se fazia por um buraco mais largo da feira.

Nas Astúrias foram estudados outros procedimentos para fazer velas, nomeadamente para autoconsumo, cabendo o trabalho à mulher. Num caso esta aquecia a cera até a tornar moldável, amassava-a nas mão para de seguida a tender numa mesa em camada muito fina, que seria enrolada com a ajuda de uma tábua até à grossura necessária. O pavio era introduzido rasgando-a de alto a baixo com uma faca aquecida, corte colmatado com novo aquecimento e alisamento. Em alternativa, o pavio podia ser colocado logo que se começava a enrolar a cera sobre a mesa⁸⁰.

*

Ao lado das velas, por vezes com a altura ou o peso do devoto, os ex-votos de cera constituem um comum testemunho de pagamento da promessa ou de uma graça pedida, entregando-se à divindade benfazeja a imagem do ser beneficiado, ou da parte dele afectada.

Para fabricar estes ex-votos tinha a fábrica de Recarei (como em Felgueiras, Paraños, Forcarei ou Negreira – A Coruña⁸¹) vários moldes bivalves com figura humana de corpo inteiro ou truncada, outros representando partes do corpo e órgãos internos (Fig. 20), e ainda os de animais (Fig. 21)⁸². Ao iniciar o trabalho precisavam de ser limpos de qualquer resíduo das anteriores utilizações e molhados para que a cera não aderisse. Encaixadas as duas peças do molde, a cavidade formada era enchida com cera líquida. Esta devia preencher todo o espaço se o objectivo

⁷⁷ *Encyclopédie Diderot et d'Alembert: Artisanats au 18^{ème} siècle: Chandelier*. Paris: Inter-Livres, 1994, pl. I.

⁷⁸ *Encyclopédie Diderot et d'Alembert: Artisanats au 18^{ème} siècle: Cirier*. Paris: Inter-Livres, 1994, pl. I.

⁷⁹ PENA SANTIAGO, Luis-Pedro – La ofrenda de la cera en el Pirineo. *Caesaraugusta*. Zaragoza nº 23-24 (1964), p. 105-112 e nº 25-26 (1965), p. 95-100; AMOROS, Javier – *Argizaiola*. Donostia: San Telmo Museoa, 1994.

⁸⁰ LÓPEZ ÁLVAREZ, Xuaco – *Las abejas, la miel y la cera en la sociedade tradicional asturiana*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos, 1994, p. 136.

⁸¹ SAMPEDRO FERNANDEZ, Andrés – Os cereiros de Paraños. *Actas do III Congreso de Historia da Antropoloxía e Antropoloxía Aplicada*. Santiago de Compostela, vol. 1, 1997, p. 440-442; FUENTES ALENDE, Xosé – Exvotos de cera: tecnoloxía e funcionalidade. *Actas do Simposio Internacional In Memoriam Xaquín Lorenzo*. Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega, 1996, p. 241-246.

⁸² Foram adquiridos nesta fábrica para a colecção do Museu Municipal de Penafiel os seguintes ex-votos de cera: figura humana masculina de vulto (MMPNF/2006/3435); cabeças humanas de diferente idade e género (MMPNF/2006/3432, MMPNF/2006/3440, MMPNF/2006/3431); partes do corpo humano – garganta (MMPNF/2006/3429), peito e ventre feminino (MMPNF/2006/3441), baixo ventre (MMPNF/2006/34345), dorso (MMPNF/2006/3442), mãos esquerda (MMPNF/2006/3446) e direita (MMPNF/2006/3437), braço com mão direita (MMPNF/2006/3447), perna esquerda (MMPNF/2006/3436), pé direito (MMPNF/2006/3448), joelho (MMPNF/2006/3430); órgãos – rim (MMPNF/2006/3433), bexiga (MMPNF/2006/3434). Figuras de animais: bovino (MMPNF/2006/3438), equino (MMPNF/2006/3439). Fotografia de Francisco Albuquerque.

fosse uma peça maciça, de contrário, para obter uma oca, o molde teria ou de ser girado nas mãos para centrifugar uma fina camada de cera contra as paredes e logo despejar a restante, ou sucessivamente enchido e rapidamente esvaziado de forma a que a cera consolidasse junto da parede em finas camadas sobrepostas. Em Forcarei, os molde de madeira eram, depois de cada banho, mergulhados numa tina de água, o mesmo se fazendo com as figuras prontas, para arrefecerem mais rapidamente, endurecendo e consolidando a forma⁸³. Terminada a carga, limpava-se o excesso junto da boca e depois de arrefecida, a peça era retirado do molde, acabada desbastando as rebarbas da fundição e, por vezes, parcialmente pintada para ganhar mais expressão.

Se fossem peças ocas e fechadas, como figuras de vulto de pessoas e animais, os componentes do molde eram cobertos de cera separadamente e logo encaixados para que as duas metades unissem enquanto o material estava quente.

Os moldes mais antigos seriam de madeira, que necessitam de um talhe feito por mão destra, ou de metal. Foram substituídos por moldes de gesso, muito mais fáceis de obter a partir de peças preexistentes de cera maciça, ou mesmo de gesso.

O ritual da igreja, o culto doméstico e o culto dos mortos ainda hoje consomem grande quantidade de velas e outras formas de candeias para combustão, a maioria já não com cera mas de substâncias sintéticas. Continuam também a ser frequentes as ofertas de círios, velas ou ex-votos por ocasião das festas de romaria ou na deslocação aos santuários onde se vai cumprir promessa e agradecer um benefício (Fig. 19). Mesmo nas igrejas paroquiais ou pequenas capelas não faltam estas peças de cera, se não de grandes dimensões e em quantidade, pelo menos as mais modestas, correspondentes a pedidos ou aflições comezinhas. Mas, lentamente, vemos este fogo consagrado ser substituído por luzes eléctricas, que se acendem, temporizadas, ao cair da esmola, cómodas para o crente e sem o perigo, fumo e sujidade das antigas velas. A cera, essa continua a ser muito procurada, não só para a apicultura como para aplicações medicinais, cosméticas e em várias outras indústrias.

⁸³ FUENTES ALENDE, Xosé – Exvotos de cera: tecnoloxía e funcionalidade. *Actas do Simposio Internacional In Memoriam Xaquín Lorenzo*. Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega, 1996, p. 239.



Figura 1

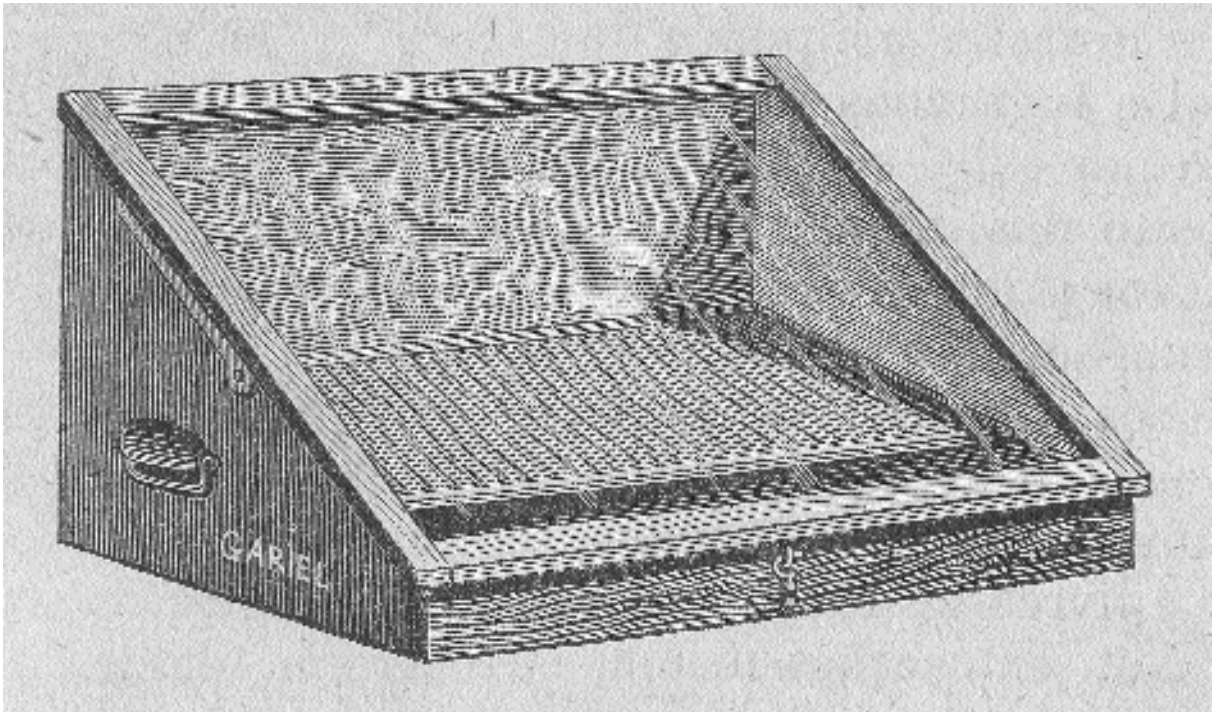


Figura 2

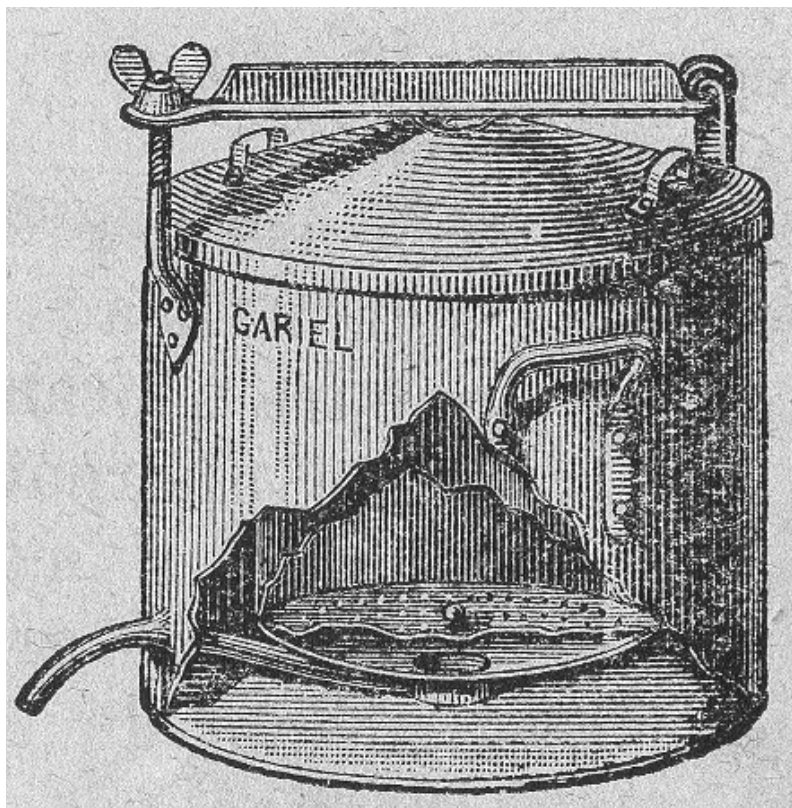


Figura 3

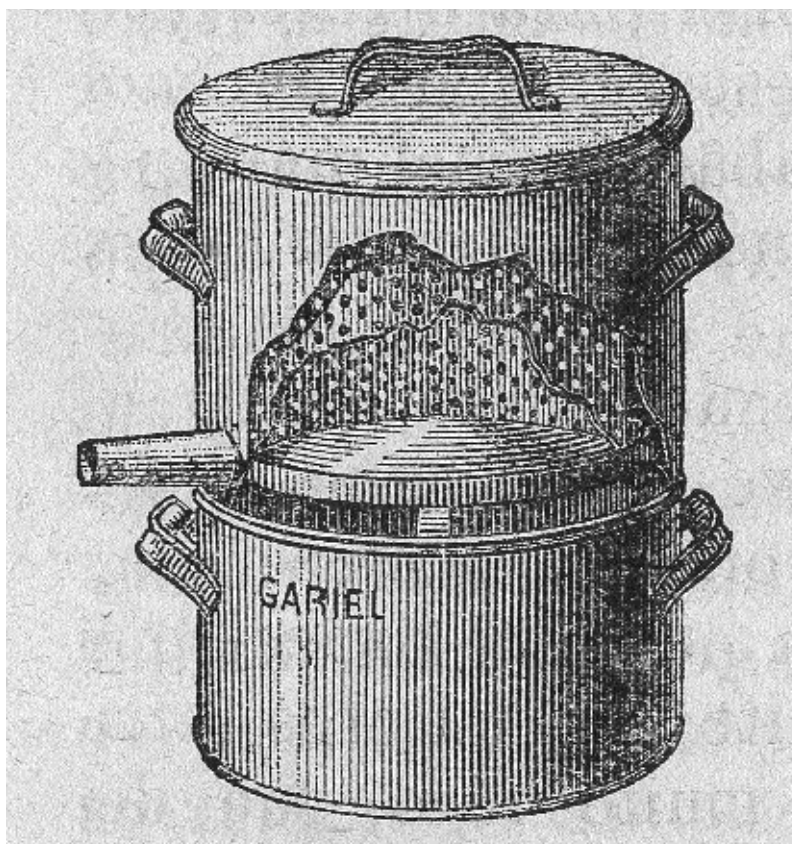


Figura 4

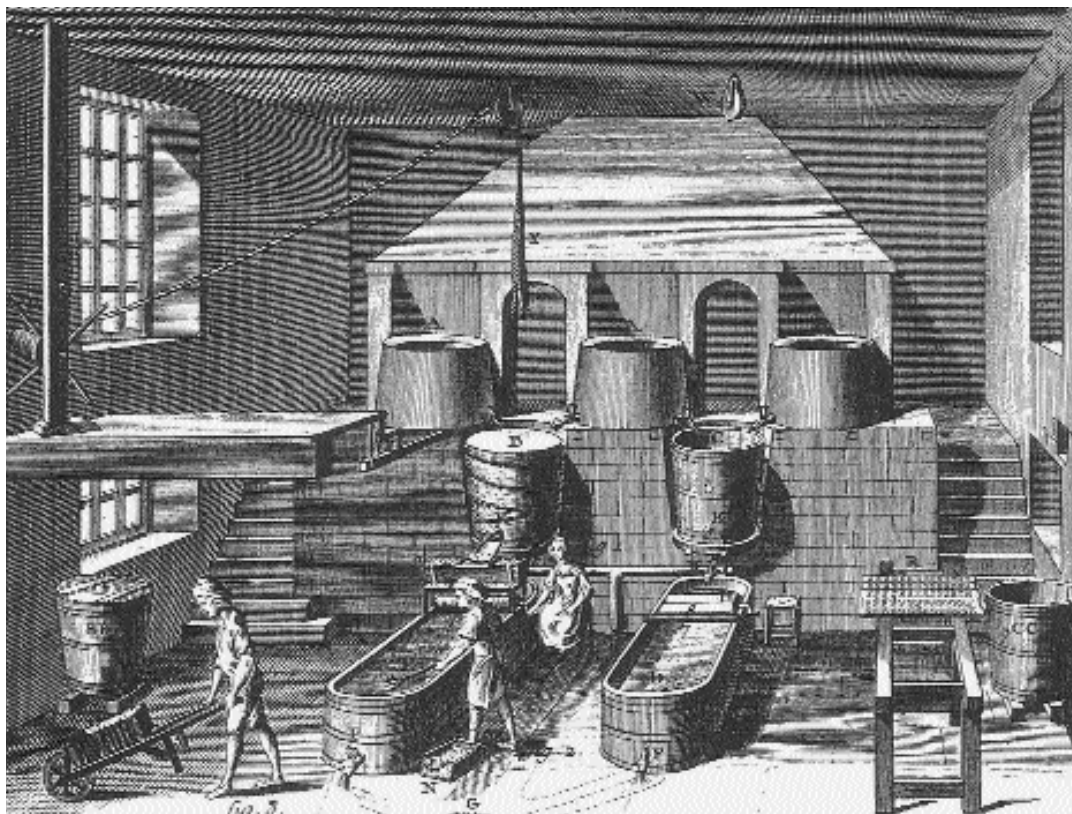


Figura 5

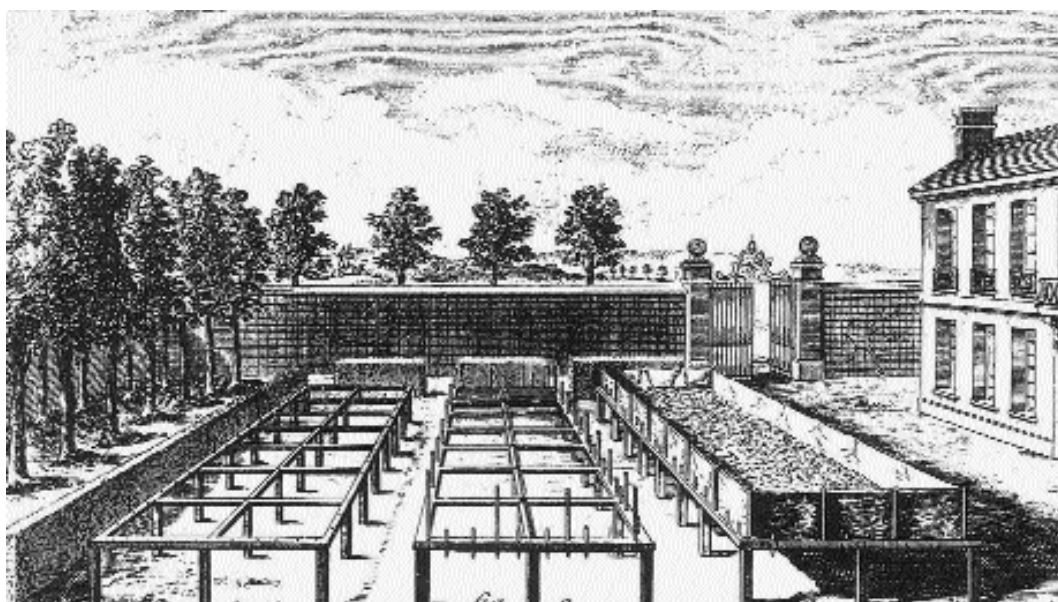


Figura 6

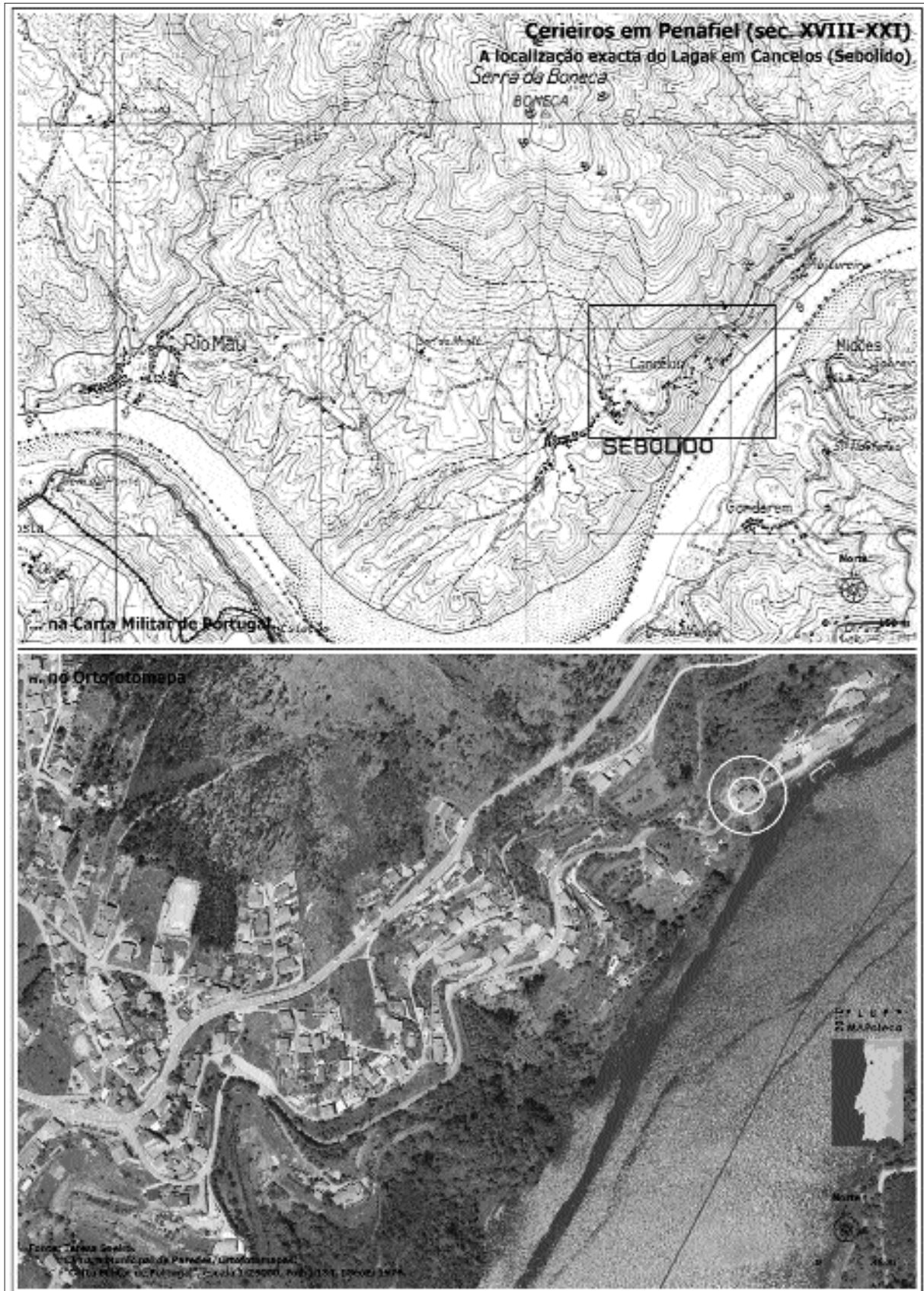


Figura 7



Figura 8

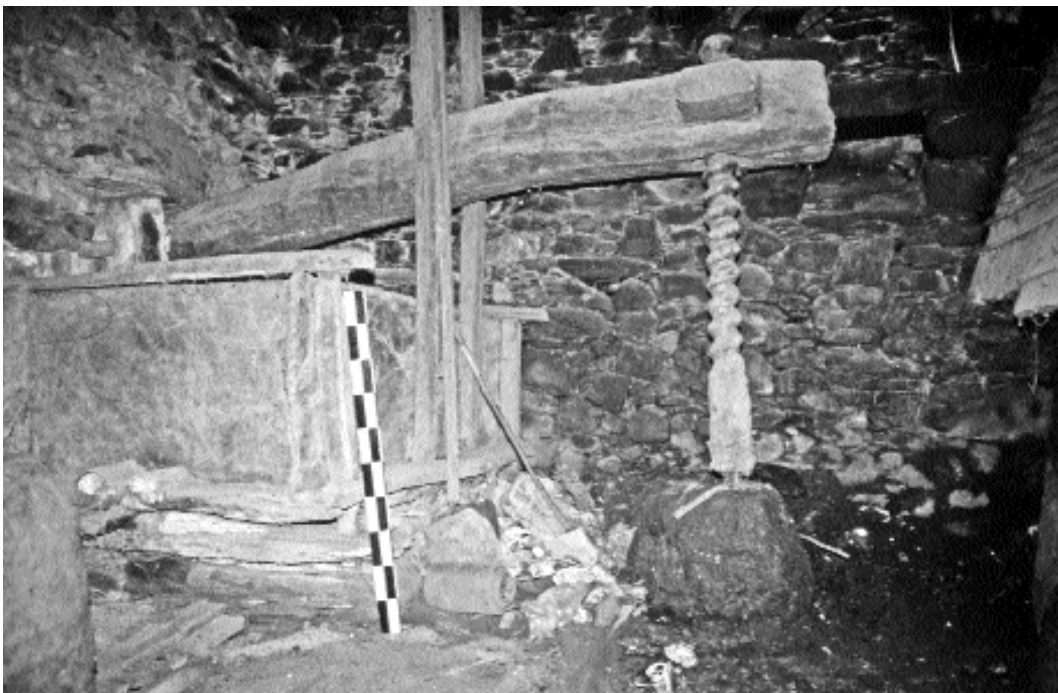


Figura 9

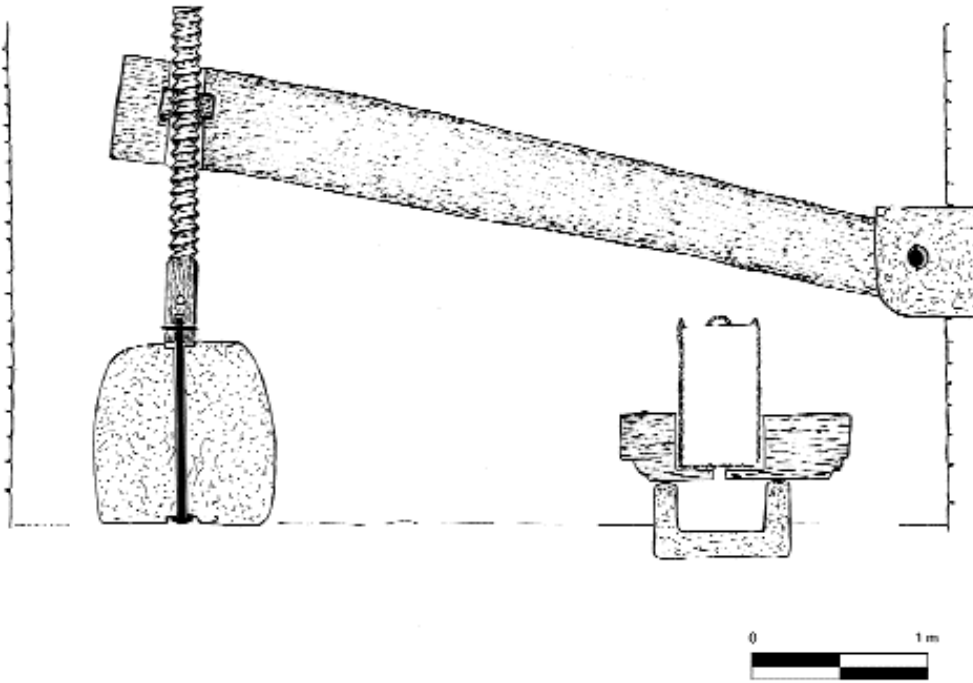


Figura 10



Figura 11



Figura 12



Figura 13



Figura 14



Figura 15

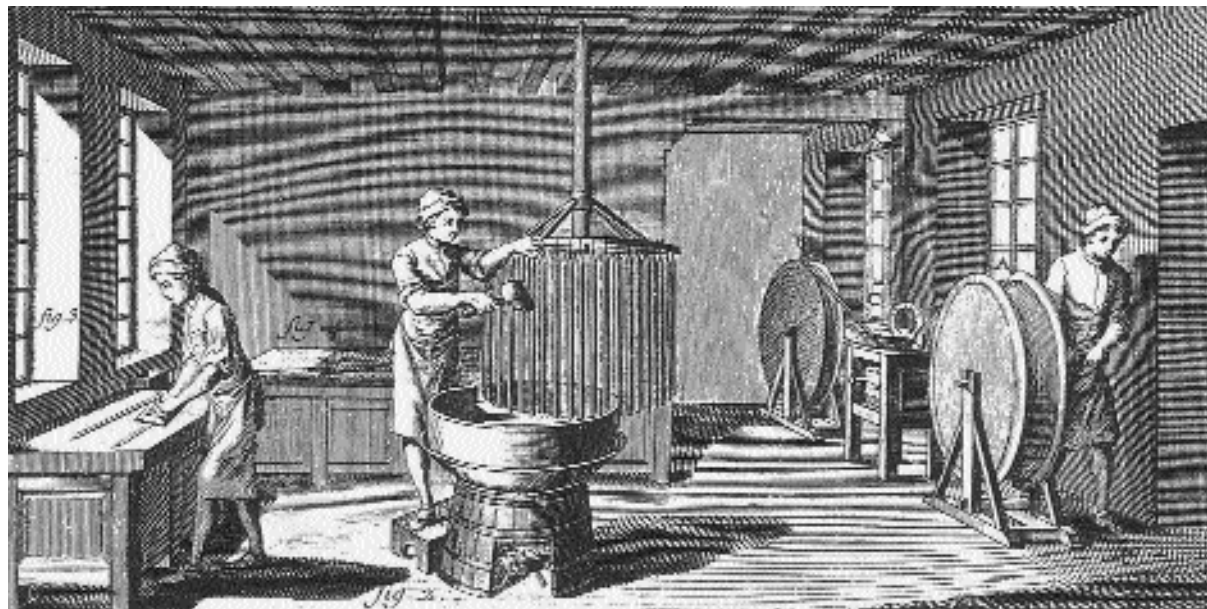


Figura 16

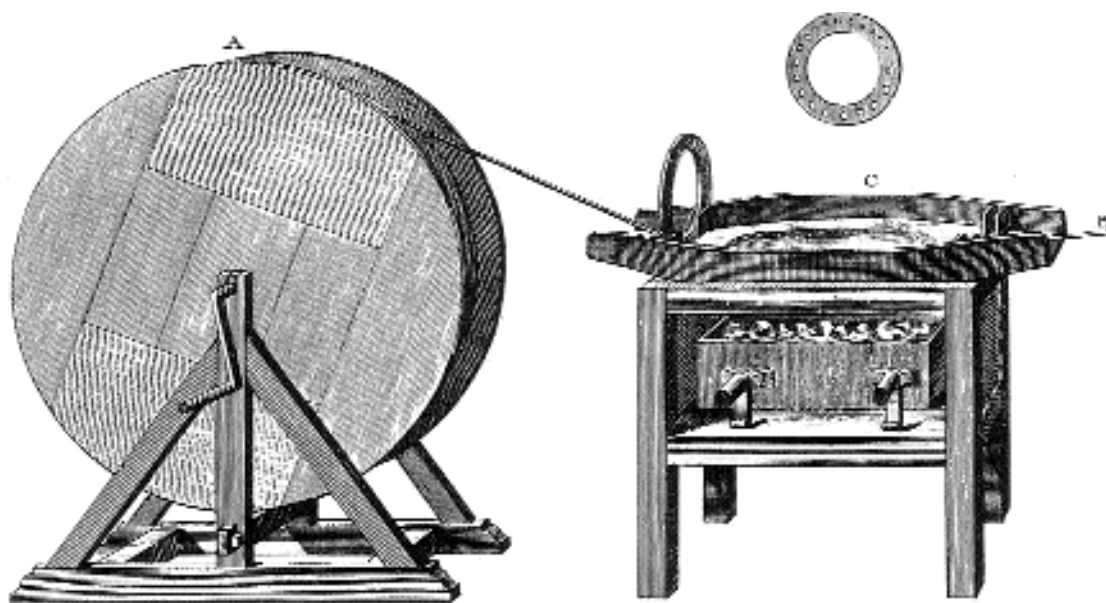


Figura 17



Figura 18



Figura 19



Figura 20

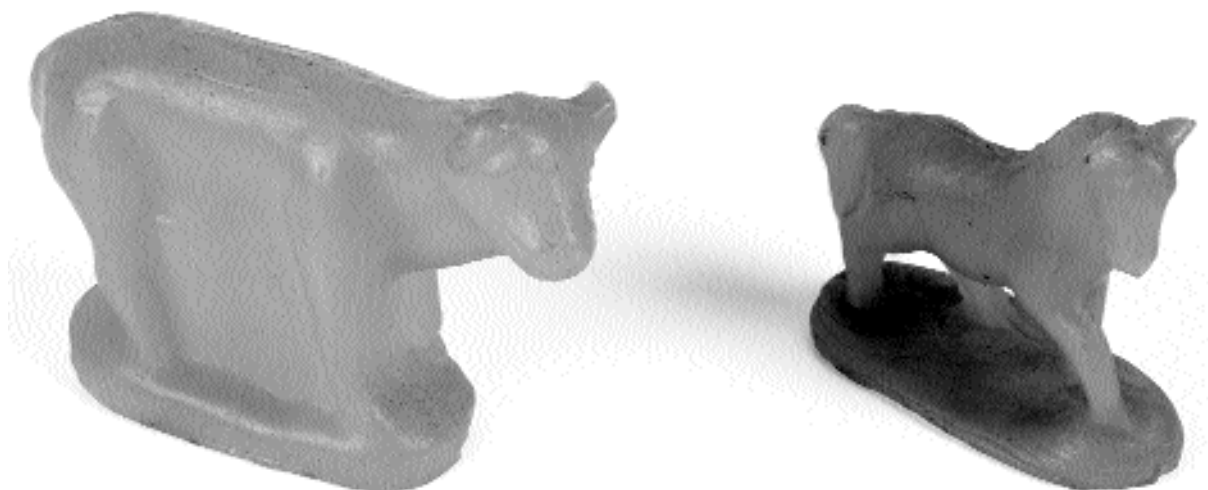


Figura 21

